



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO



POLIANA REIJANE SOUZA SILVA

EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE LAGOA TORTA DOS PRETOS, ANAGÉ-BA

VITÓRIA DA CONQUISTA

2022

POLIANA REIJANE SOUZA SILVA

**EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE LAGOS TORTA DOS PRETOS, ANAGÉ-BA**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Ensino da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Silvano da Conceição

**VITÓRIA DA CONQUISTA
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE LAGOA TORTA DOS PRETOS, ANGÉ-BA**

Autora: Poliana Reijane Souza Silva

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Silvano da
Conceição

1- Examinador externo: Profa. Dra. Maria
Walburga dos Santos – Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal de São Carlos.

2- Examinador Interno: Profa. Dra. Isnara
Pereira Ivo – Programa de Pós-
Graduação em Ensino da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia.

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**

5582e

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Silva, Poliana Reijane Souza.

Educação, memória e resistência na Comunidade Quilombola de Lagoa Tortados Pretos, Anagé - Ba. / Poliana Reijane Souza Silva, 2022.

111. il.

Orientador (a): Dr. Silvano da Conceição.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referência F. 1 - 111.

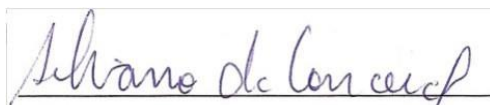
1. Educação. 2. Currículo. 3. Comunidade Quilombola. I. Conceição, Silvano da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Ensino-PPGEn.

POLIANA REIJANE SOUA SILVA

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida por Poliana Reijane Souza Silva e aprovada pela Comissão Avaliadora.

Data: 14/12/2022

COMISSÃO AVALIADORA



Prof. Dr. Silvano da Conceição

(Orientador)



Prof^ª. Dr^ª Maria Walburga dos Santos

(Examinadora Externa - UFSCAR)



Prof^ª Dr. Isnara Pereira Ivo

(Examinadora Interna - UESB)

DEDICATÓRIA

À Elísia e Inácio, minha avó e meu avô paternos (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

À Deus e todas as forças do Universo por me conceder essa oportunidade, que considero mais uma grande vitória em minha vida, um sonho realizado, no percurso da minha vida, uma jornada (...). Todo esforço foi válido, as incontáveis horas de estudos, as restrições, as discussões, as trocas e dedicações, todos os momentos desse período foi de uma rica experiência.

As principais pessoas desta pesquisa, os/as quilombolas, na luta em defesa da vida, que marcam a história secular de resistências no campo e nas cidades, sempre com a esperança de dias e condições de vidas melhores, neste imenso território, o Brasil.

A minha história de vida, como mulher e negra, e luta pela garantia da produção da vida e existências das comunidades quilombolas foram os reais motivos deste trabalho.

Sou grata à Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, localizada no município de Anagé, Território de Identidade de Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, comunidade que me permitiu conhecer e aprender sobre sua história e suas memórias, conhecimentos valorosos que levarei para toda minha vida.

Afirmo também a minha gratidão pela Universidade Pública, espaço de produção de conhecimento, especialmente a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, minha casa, meu aporte acadêmico, um espaço de construção do conhecimento, portanto espaço de poder, movida por pessoas comprometidas com a ciência, onde eu tive a oportunidade de cursar a licenciatura plena em Geografia, assim como, a especialização em Análise do Espaço Geográfico, orientada pela professora Dr^a Suzane Tosta, com quem caminhei sempre trazendo os quilombos como objeto, e agora no Mestrado em ensino, discutindo a Educação Escolar Quilombola.

Meus professores e minhas professoras, orientando as minhas produções, me fizeram olhar o mundo sob outra ótica, assim como os meus colegas e as minhas colegas, em especial, minha colega e companheira nesta jornada, Vilma Aurea Rodrigues, que mediante as trocas de saberes e instantes de desabafos, construímos um caminho infinito no campo do conhecer. Minha gratidão e carinho!

Em especial, meu orientador professor Dr. Silvano da Conceição, que com muito profissionalismo, paciência e carinho, não largou a minha mão em nenhum momento deste percurso de trocas e construções tão ricas. Agradeço também às Professoras Dr^a Isnara Pereira Ivo e Dr^a Maria Walburga dos Santos, as quais compuseram a banca de Qualificação do Mestrado, e tão positivamente contribuíram com os seus olhares, conselhos e interesse em enriquecer a nossa pesquisa, direcionando-a para os mais adequados caminhos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional (GEPER), pelo acolhimento e por ter-me oportunizado inúmeras discussões na temática da educação para as relações étnico-raciais, que muito acrescentaram na minha trajetória junto ao PPGEn.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), espaço onde, nestes anos de curso, me fortaleci como pesquisadora, como pessoa e humana, pois os resultados deste projeto impactaram a minha vida, na perspectiva de um olhar mais crítico e justo para o mundo.

A toda minha família, em nome de minha mãe, Rosa Maria e toda nossa ancestralidade, direciono o meu amor, especialmente marido, filho e filha, que vivenciaram comigo todo o processo dessa realização, respeitando minhas ausências e auxiliando sempre que precisei, uma vitória que é nossa! Obrigada por acreditarem em mim e me confortarem nos dias de ansiedade e nervosismo.

Meu eterno carinho!

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APLB – Associação dos professores Licenciados do Brasil

ASPAIJ – Associação de Promoção de Assistência à Infância e Juventude

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAQ – Custo Aluno Qualidade

CASBS – Comunidade de Assistência Social, Beleza e Saúde

CEB – Câmara de Educação Básica

CEDOC – Centro de Documentação e Pesquisa

CIGA – Centro de Geografia e cartografia Aplicada

CME – Conselho Municipal de Educação

CMG – Comissão Municipal de Governança

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DCRA – Documento Curricular Referencial de Anagé

DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia

EEQ – Educação Escolar Quilombola

EFA – Escola Família Agrícola

FME – Fórum Municipal de Educação

GEA – Grupo de Estudos e Aprendizagem

GPEMDECC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade

GEPER – Grupo de Estudos e Pesquisa Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NOB – Normas Operacionais Básicas

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento a Família

PEE – Plano Estadual de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Anagé-Ba

SEPPIR – Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TOPA – Programa Todos pela Alfabetização

TRVC – Território Regional de Vitória da Conquista

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNCME – União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Vista aérea da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos	17
Figura 2. Bahia: Território de Identidade	31
Figura 3. Registro do encontro entre Associação e Secretarias Municipais.....	37
Figura 4. Palestrante Professora Poliana Reijane.....	37
Figura 5. Dinâmica “Resgatando Memórias”	38
Figura 6. Localização do município de Anagé-BA.....	51
Figura 7. Equipe Diretiva e Coordenação Pedagógica, organização do encontro PPP.....	57
Figura 8. Alunos/as quilombolas.....	68
Figura 9. Professoras e alunos/as quilombolas.....	73
Figura 10. Alunos/as quilombolas.....	78
Figura 11. Alunos/as e profissionais da educação.....	79
Figura 12. Número de estudantes quilombolas e não quilombolas.....	90
Figura 13. Distribuição dos/as alunos/as quilombolas por ano de escolaridade e segmento da educação escolar.....	90
Figura 14. Corpo docente em um dos momentos formativos da EMASS.....	92
Figura 15. Equipe EMASS.....	94

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar o processo de ensino na Educação Básica, especificamente na modalidade de ensino denominada EEQ - Educação Escolar Quilombola. O campo empírico é a Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, localizada no município de Anagé-Ba, onde foram observados, o currículo e as relações estabelecidas nesta instituição pública de ensino. A pesquisa objetivou a análise das práticas de ensino, nas salas seriadas, assim como, a reprodução dos conhecimentos construídos na Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, cujos estudantes estão matriculados na referida escola municipal. Para tanto os objetivos específicos da pesquisa são: Analisar a educação como possível estratégia para o fortalecimento e manutenção das memórias tradicionais dos povos quilombolas; Verificar as relações sociais desenvolvidas, historicamente, pelas famílias da comunidade de Lagoa Torta dos Pretos, e de que forma essas contribuem para a consolidação da memória coletiva; Observar como as famílias de Lagoa Torta dos Pretos organizam a vida e a produção do conhecimento, por meio das práticas pedagógicas, diante das trocas de saberes; Identificar a origem das famílias, suas relações étnicas e seus reflexos na Educação, por meio da análise dos Currículos. A pesquisa se constitui em uma abordagem qualitativa exploratória. A ancoragem teórica deu-se a partir de Arruti (2003, 2017), Candau (2012), Cavalleiro (2005), Conceição (2016), Freire (1999), Gomes (2001, 2006, 2017), Gonçalves (2017), Hall (1995), Thornton (2004), Lisboa (2007), Martins (1983), Nascimento (2006), Oliveira (2007), Silva (2022), Sodré (2002), Souza (2009), dentre outros. A dissertação está organizada em quatro capítulos. Os resultados aqui obtidos deverão apontar para o currículo, afirmando a proposta no Projeto Político Pedagógico, e ainda contribuindo para a urgente necessidade da formação de professores, e de toda equipe escolar envolvida no processo Educacional do Sistema Municipal de Ensino de Anagé-Ba. A natureza destes estudos justifica-se pelo importante e necessário resgate da cultura quilombola, nos percursos educacionais, sua identidade na história, seus saberes ancestrais e o conhecimento produzido no cotidiano.

Palavras Chave: Educação. Currículo. Comunidade Quilombola

ABSTRACT

This research intends to analyze the teaching process in basic education, specifically in teaching modality called EEQ - Quilombola School Education. The empirical field is the Municipal School Adeídes Soares dos Santos, located in the city of Anagé-Ba, where it will be observed curriculum and relationships established in that public educational institution. The research also aims to analyze teaching practices in graded classrooms, as well as reproduction of knowledge built in Quilombola Community of Lagoa Torta dos Pretos, whose students are enrolled in that municipal school. The specific objectives of the research are analyzing education as a possible strategy for strengthening and maintaining the traditional memories of quilombola peoples; verifying social relationships historically developed by the families of Lagoa Torta dos Pretos community, and how they contribute to the consolidation of collective memory; analyzing how the families of Lagoa Torta dos Pretos organize their lives and production of knowledge, through pedagogical practices, in view of exchange of knowledge and identifying the origin of families, their ethnic relations and their effects on education, through analysis of curriculum. The research will have an exploratory qualitative approach and, in terms of theoretical procedures, action research. The theoretical framework was based on Arruti (2003, 2017), Candau (2012), Cavalleiro (2005), Conceição (2016), Freire (1999), Gomes (2001, 2006, 2017), Gonçalves (2017), Hall (1995), John K. Thornton (2004), Lisbon (2007), Martins (1983), Nascimento (2006), Oliveira (2007), Silva (2022), Sodré (2002), Souza (2009), among others . The work was produced into four chapters. The results obtained there should point to the curriculum, affirming the proposal in the pedagogical political project, and also contributing to the urgent need for training of teachers, and of the entire school team involved in the educational process of the Municipal Education System of Anagé-Ba. The nature of those studies is justified by the important and necessary rescue of the quilombola culture, in educational paths, its identity in history, its ancestral knowledge and knowledge produced in everyday life.

Keywords: Education. Curriculum. Quilombola Community

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	21
A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA TORTA DOS PRETOS	22
1.1 Reflexões sobre o conceito e histórico de formação da comunidade	22
1.2 Políticas públicas e Reconhecimento.....	45
CAPÍTULO II.....	53
PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	53
CAPÍTULO III	58
POLÍTICAS CURRICULARES: ENTRE O PNE, as DCNs, o PEE DA BAHIA, O PME E O DCRA E A NOVA BNCC À LUZ DA DIVERSIDADE CULTURAL	58
CAPÍTULO IV	65
O ENSINO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA TORTA DOS PRETOS.....	65
4.1 Currículo oficial e demandas internas da comunidade	65
4.2 A Educação Escolar Quilombola como estratégia de manutenção do território quilombola de Lagoa torta dos Pretos.	89
APONTAMENTOS FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS.....	103

INTRODUÇÃO

É sabido e notório que o processo de formação do Brasil ocorreu no contexto de exploração de territórios e, enquanto território colonizado por Portugal, as relações estabelecidas aqui, com os povos originários (que habitavam as várias regiões do país), foram bruscas e severas. Da mesma forma, não foram suaves as relações de apropriação dos corpos e das vidas das populações africanas sequestradas para o trabalho escravo em nosso país, sendo esta a base da formação, a mão-de-obra negra escravizada, secularmente explorada e utilizada até o final do século XIX (ALTO, 2012).

Comungando com o pensamento de Alto (2012), estas pessoas lutaram e resistiram às opressões, sempre almejando a liberdade e condição dignas de uma vida não escolhida por tais, mas imposta a base de muita exploração e negação das suas origens, da sua cultura, e das formas de vida em seus espaços naturais e africanos. Assim, onde a escravização esteve presente, os meios de resistir se materializaram e, entre eles, destacamos os Quilombos, atualmente denominados Comunidades Remanescentes de Quilombos (CF, 1988), que almejam historicamente o reconhecimento e efetivação dos seus direitos. A partir das mobilizações dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro, muitas leis passaram a existir, tendo como motivo principal o reconhecimento e a garantia de direitos. Embora seja um país de muitas leis, o Brasil tem um cenário de acesso limitado a esses direitos, mas isso não se traduz em arrefecimento de uma militância ativa, resistente e histórica, que se expressa por meio das mobilizações sociais.

Segundo Arruti, no início da década de 1990,

Uma jovem militância quilombola emerge em todo o país, herdeira da luta dos pais e avós – que muitas vezes a travaram dentro dos sindicatos, sob o rótulo genérico de posseiros ou trabalhadores rurais – mas realimentada por uma nova política atual, formada a partir da influência do discurso negro urbano (ARRUTI, 2003, p. 2).

Os movimentos sociais, sobretudo os movimentos quilombolas, de salutar importância na história de luta pela liberdade, buscam desatar os “nós” das diferentes faces do racismo que estrutura as relações sociais no país e projetam a discriminação e a invisibilidade das pessoas negras na sociedade. Como é citado por Ivo Fonseca¹, destacando a Constituição de 1988 e seu

¹Liderança quilombola de Frechal, Maranhão, Fundador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ).

artigo 68 do Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias, ressaltando o referido autor diz que houve um processo reverso do não reconhecimento da cidadania do povo negro, sobretudo das comunidades quilombolas: “se pegar as normas constitucionais e os decretos na história do Brasil, eles são muito cruéis conosco. Nós só passamos a ser cidadãos brasileiros a partir da constituição de 1988”. Ainda de acordo com o autor, a Constituição brasileira de 1988 pode ser entendida como um divisor de águas, trazendo em seu conteúdo o Brasil pluriétnico, porém como resultado de tensionamento e mobilizações das populações negras rurais e urbanas, em todo o decorrer da história de formação deste país.

São notáveis os esforços do Movimento Negro, dos Movimentos Sociais Identitários como um todo, no sentido da transformação dos diferentes espaços, por meio das reivindicações por políticas públicas e ações afirmativas, que diminuem as desigualdades raciais, reparando os danos que historicamente tem dilacerado as vidas de pessoas africanas e afrodescendentes, e constantemente reforçando a necessidades de uma vida mais digna para população negra.

Já no início do século XX, o movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra. Dentre as bandeiras de luta destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre presente na agenda dos movimentos, embora concebida com significados diferentes: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprendiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (GONÇALVES, 2000, p. 139 apud MAIA, 2020, p. 2).

Exaltando o papel da Educação, neste contexto, recorreremos às contribuições de Paulo Freire (1921 - 1987), quando cita que a educação, quando se realiza no contexto das lutas dos Movimentos Sociais e demais organizações do povo, busca um ensino baseado em conteúdos que se referem especificamente à realidade das pessoas, definidos coletivamente pelos próprios sujeitos envolvidos neste processo educacional. Ressaltamos que esta pesquisa situa-se nos diálogos entre, práticas educativas, currículos e relações étnico-raciais com foco nas questões quilombolas e suas territorialidades.

Assim não devemos perder de vistas a história de reivindicações e ações do Movimento negro e como fruto dessa luta secular, que compreende as comunidades quilombolas, entre outras, a Educação Escolar Quilombola foi implementada como modalidade da Educação Básica no país, por meio da Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Já o Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020, definiu as Diretrizes

Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, visto a urgência em tratar os quilombos e sua historicidade no contexto educacional. As especificidades sociais e culturais, assim como o trabalho e a produção da vida dos quilombolas devem estar inseridos no currículo e nos conteúdos do cotidiano escolar, pois, dialogando com Arruti (2017), cabe a ressignificação destes coletivos, cientes de que,

Nas raras vezes em que o termo quilombo é incluído no currículo do ensino médio ou fundamental, ou mesmo na historiografia oferecida aos não especialistas, o termo denota uma instituição histórica excepcional e estreitamente vinculada à fuga da escravidão, portanto, difícil de ser transposta para o presente, muito menos no volume em que se apresenta hoje. (ARRUTI, 2017, p. 109).

Para o autor, a memória coletiva, os termos jurídicos, as práticas da cultura africana e afro-brasileira, as línguas reminiscentes, oralidades e seus repertórios, e toda intelectualidade trazida por estes sujeitos e que se referem às comunidades, devem estar presentes nesta modalidade educacional como estratégia para fortalecer a identidade coletiva destas comunidades e dos territórios tradicionais, tal como exposto no Artigo 3, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (instituída pelo Decreto 6.040 de 07, fevereiro de 2007), “os territórios tradicionais são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (...)”. O sistema de ensino precisa estar e manter-se atenta a essas particularidades.

Esta modalidade, a Educação Escolar Quilombola foi oficialmente instituída em 2012, após um intenso debate que culminou na CONAE (Conferência Nacional de Educação), ocorrida em Brasília em 2010, resultando na criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, contudo a luta não é recente, como relataremos aqui.

De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnicas e Raciais (MEC, 2006, p. 140), o cotidiano quilombola, a exemplo de outros grupos étnico-raciais e sociais, é a emergência da práxis porque o pensar e o fazer se corporificam, em forma de visões, no modo de vida, e como o processo educativo confere aos sujeitos um localizar no mundo.

Nesse sentido, urge a compreensão de como a Educação Escolar Quilombola está sendo discutida e trabalhada nos espaços escolares, no chão das salas de aula, em todas as esferas de ensino, entendendo as específicas necessidades contempladas nos currículos e de que forma as práticas de ensino influenciam as relações e as vivências destes sujeitos, alunos e alunas quilombolas.

Portanto, observar e conhecer as práticas pedagógicas, assim como analisar um amplo acervo de material documental que direciona a educação no país, como forma de tentar

compreender a operacionalidade da Educação Escolar Quilombola, em diversos aspectos, evidenciando os avanços, as possibilidades e desafios, coloca-se como tarefa de grande relevância aos pesquisadores e pesquisadoras da área.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, localizada na no Povoado do Irapuá, zona rural no município de Anagé, Bahia, considerada uma das maiores escolas deste município, tanto nas dimensões físicas, quanto em número de matrículas. A escola foi construída e ativada há pouco tempo, precisamente no ano de 2019, e, por essa razão, a equipe ainda está no processo de elaboração do PPP - Projeto Político Pedagógico. Desta forma, a pesquisa se deu por meio de entrevistas com o corpo docente e discente, pais, mães, responsáveis e com o Secretário Municipal de Educação, e parte da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Figura 1: Vista aérea da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos. Anagé-BA.



Fonte: [SAI - Notícias - Prefeitura Municipal de Anagé \(anage.ba.gov.br\)](http://SAI - Notícias - Prefeitura Municipal de Anagé (anage.ba.gov.br))

O estudo do DCRA - Documento Curricular Referencial de Anagé contribuiu para o entendimento das práticas pedagógicas, enquanto o Projeto Político Pedagógico, em fase de construção, trará as referências em relação à Educação Escolar Quilombola, segundo a equipe gestora da Escola, que também sinaliza a importância do devido atendimento dos discentes da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos. A Direção ainda salienta que, embora a escola não esteja localizada, geograficamente, nesta comunidade, estes devem ter acesso à educação democrática e de qualidade.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral discutir a Educação Escolar Quilombola, enquanto estratégia de resistência e de manutenção da memória da comunidade,

buscando a compreensão de como vem sendo trabalhada a proposta e de como são influenciadas as relações no espaço escolar, pelas diretrizes específicas desta modalidade, tendo como estudo de caso as relações e o trabalho pedagógico na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, e como objetivos específicos, analisar a educação como possível estratégia para o fortalecimento e manutenção das memórias tradicionais, verificar as relações sociais desenvolvidas, historicamente, pelas famílias da comunidade de Lagoa Torta dos Pretos, e de que forma essas contribuem para a consolidação da memória coletiva, e ainda analisar como as famílias de Lagoa Torta dos Pretos organizam a vida e a produção do conhecimento, por meio das práticas pedagógicas, diante das trocas de saberes, identificando a origem das famílias, suas relações étnicas e seus reflexos na Educação, por meio da análise dos Currículos.

Discutir o Ensino, perpassa pelas inquietações vivenciadas no decorrer da vida, provocadas pelas atuações no campo educacional, sendo assim, enquanto mulher e negra, profissional da Educação Básica e pesquisadora desta área, é relevante citar que me interessei pela Educação desde cedo, aos 17 anos de idade, ao cursar o Magistério, no Colégio Estadual de Brumado, neste processo de formação, me descobri professora, estagiando numa turma de 4ª série, atual 5º ano, do Ensino Fundamental. A sala de aula era onde eu queria estar decididamente e não medi esforços para ingressar carreira.

Aprovada no curso de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista, vi a oportunidade de aprimorar a minha formação docente, com muito orgulho me dedico à Universidade. Em meados do Curso, fui convocada no Concurso Público no município de Anagé, Bahia, e passei a trabalhar com discentes das comunidades remanescentes de quilombos, entre estudantes do campo, o que me despertou para tentar entender o Currículo que não atendia especificamente ao referido público, e, entendendo o Currículo como uma tradição inventada, onde nem tudo é dado como posto, como pronto, e pode ser questionado e reconstruído, parti para os questionamentos. Daí surgiu o tema da pesquisa na graduação: “A Educação como Elemento de Embate Ideológico e Manutenção da Memória e Resistência da Comunidade Quilombola de Água Doce, Anagé – Ba”, que mantive na Pós-Graduação em Especialização em Análise do Espaço Geográfico, cursada também na UESB.

A questão identitária, em relação, principalmente, às minhas alunas negras, indubitavelmente foi relevante em minha pesquisa, pois eu me via naquelas alunas, que não se viam representadas na escola. Muitas vezes excluídas das atividades, propostas por um planejamento eurocentrado, sentiam a força da segregação, da negação histórica dos direitos, da falta de visibilidade e da afirmação de um estado igualitário (desigual) e de uma democracia racial.

A inquietação, frente a estes aspectos mencionados, entre outros tantos, me direcionou a pesquisar, sobre o papel da Escola e do ambiente educacional, frente ao compromisso de garantir o direito à educação pensada para a diversidade e equidade social e racial.

Entendendo o campo do Ensino como um dos principais mecanismos de transformação de um povo, sempre busquei me aprimorar, por meio de cursos e formações que tratassem sobre Educação, sobretudo da Educação para as Relações Étnico Raciais, percebendo que, estes alunos e alunas ancestralmente ligados a mim, me consideravam enquanto um elemento de identidade, pois uma professora negra de cabelos crespos, as vezes trançados, que fala sobre negritude, fala sobre nós, sobre o povo negro, contrariando muitas vezes o Currículo engessado e eurocêntrico.

Sobre a Educação, como instrumento de superação da marginalização dos sujeitos, Saviani (2008) cita:

A educação, como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade, na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica. (SAVIANI, 2008, p. 8).

Em 2009, assumindo a Coordenação da Secretaria de Educação para a Diversidade, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Anagé, quando oportunamente, em parceria com outras Secretarias, e, intersetorialmente, desenvolveu-se ações voltadas para a promoção da igualdade racial, numa perspectiva da inclusão. Buscou-se apoio junto aos órgãos estaduais e federais, a exemplo da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade (SEPROMI), a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), os quais nos deram suporte para a implementação das políticas públicas, e ações que realmente fizeram a diferença no cenário de enfrentamento às condições de exclusão das minorias estabelecidas historicamente, entre elas a formação de professores, com relevante discussão sobre a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, que alteraram a LDB, preconizando a obrigatoriedade do trato pedagógico sobre a cultura afro-brasileira e africana, assim como, a cultura indígena, a aquisição de acervo didático específico, implementação do Projeto:

“Leitura e Escrita, educando com a Capoeira”, em parceria com o Movimento Cultural Consciência Negra, com sede em Vitória da Conquista/Ba, coordenado pelo Mestre Pantera, um Movimento no qual eu atuei como Coordenadora das atividades de leitura e escrita, do mesmo projeto, baseadas na historicidade africana e afro-brasileira.

Em 2010, participei da Conferência Nacional de Educação (CONAE), na cidade de Brasília, evento que desencadeou as Conferências Estaduais e Municipais, onde podemos discutir e estabelecer as propostas para a Educação, com amplo interesse da Educação para as Relações Étnico Raciais, ao entender como inexistente esta proposta nos currículos escolares, assim como a Educação Escolar Quilombola, atendendo aos alunos e alunas das três comunidades localizadas no município de Anagé: Água Doce, Lagoa Torta dos Pretos e Mandacaru.

As datas comemoradas pontualmente em projetos esporádicos, foram ressignificadas, com o planejamento voltado para as discussões durante todo o ano letivo, de maneira interdisciplinar e significativa, sendo reforçado com material didático adquirido no ano de 2014 junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Todo um trabalho coletivo, no intuito de efetivar a proposta educacional para a diversidade em prol da produção da vida, de crianças, jovens, adultos e idosos, público-alvo da rede de ensino.

Em 2019, compus a Comissão Municipal de Governança no município de Anagé, formada com o objetivo de coordenar a reelaboração do Currículo Municipal, processo já explicado aqui, sob a supervisão da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), e nesse processo, atuando como Coordenadora do Grupo de Estudos e Aprendizagem sobre a Educação Escolar Quilombola, composto por professores e professoras da Rede Municipal de Ensino, visto como outra oportunidade de discutirmos as políticas voltadas para a produção do conhecimento, de estudantes, independente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, religião, geração ou situação econômica.

Todas essas vivências/experiências (enquanto menina, mulher negra, atuação profissional) embasaram a proposição da pesquisa da Graduação, Especialização, e, certamente, no Mestrado em Ensino, espaço e produção do conhecimento dedicado no atual momento.

Sendo assim, não tenho medido esforços, em me dedicar à pesquisa por meio da Universidade, realizando todas as atividades propostas nos cursos já experienciados, sempre evidenciando e fortalecendo a minha luta e resistência, diante da minha representatividade no cenário social contemporâneo, enquanto mulher, negra, professora, militante pela educação significativa e efetivamente democrática.

Contudo, sempre foi de interesse, como mulher negra, educadora e pesquisadora, identificar o que tem sido produzido no Brasil referente à Educação Escolar Quilombola, sobretudo nas séries do Ensino Fundamental da Educação Básica, motivada a identificar as principais produções e abordagens, tais como as principais normativas: PNE – Plano Nacional de Educação; BNCC – Base Nacional Comum Curricular; PEE – Plano Estadual de Educação;

DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia; PME – Plano Municipal de Educação; DCRA – Documento Curricular Referencial de Anagé/BA.

Os documentos selecionados para a análise mais aprofundada estão relacionados às propostas curriculares de cunho federal, estadual e municipal, este referente ao município de Anagé/BA. E sobre o campo empírico, como atuo no Sistema Municipal de Ensino desde 2006, a realidade é conhecida por mim, por meio das vivências e experiências, portanto, trago neste texto informações que independem da pesquisa propriamente dita, realizada a partir do curso de mestrado.

O texto segue organizado em quatro capítulos, sendo que o primeiro discorrerá sobre a Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, com reflexões sobre o conceito e histórico de formação da Comunidade, e as políticas públicas de reconhecimento; o segundo capítulo, abordando os percursos metodológicos da pesquisa; no terceiro apresentaremos os diálogos entre o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o Plano Estadual de Educação, o Plano Municipal de Educação de Anagé, e o Documento Curricular Referencial de Anagé, sob a luz da diversidade cultural. Por fim, no quarto capítulo, será destacada a Educação no território quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, currículo oficial e demandas internas da comunidade, concluindo-o com o subtema, a Educação Escolar Quilombola como estratégia de manutenção do território.

Como metodologia, utilizamos a qualitativa exploratória, privilegiando os aspectos pontuais do processo, e os analisando, assim como, as ações sociais individuais da equipe e comunidade escolar, e as ações do grupo, no sentido de compreender as relações impactadas pela educação, sobretudo como é trabalhada na perspectiva de atender os alunos e alunas quilombolas, e como a comunidade é influenciada pelo conhecimento produzido por estes sujeitos no espaço escolar.

Considerando, portanto, a importância deste trabalho para o cenário educacional, assim como, para todos que se interessem, convidamos para a leitura desta dissertação, elaborada e pensada para contribuir e dialogar no cenário, não só local, mas nacional da educação.

CAPÍTULO I

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA TORTA DOS PRETOS

1.1 Reflexões sobre o conceito e histórico de formação da comunidade

Citando Munanga (2004), o termo quilombo se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África central, principalmente na região constituída pela atual república Democrática do Congo (Zaire) e Angola. De acordo com este autor a palavra quilombo vem de “ochilombo”, em um dialeto de Angola (MUNANGA, 2004).

O “Quilombo de Palmares” foi a manifestação mais eloquente do discurso antiescravista dos negros brasileiros nos quase três séculos da escravidão, representando um marco na resistência negra. A resolução tomada na Serra da Barriga “de morrer antes de aceitar a escravidão” demonstra a essência da mensagem que os negros palmares deixaram (FREITAS, 1982, p. 201).

Segundo o autor citado acima, tais manifestações se deram de várias formas, nos espaços de resistência, como, fugas organizadas, insurgências, greves de fome, entre outras formas de afirmarem as existências, as quais culminaram nos distintos quilombos.

Para Daniela Carolina Perutti (2009, p. 80), antropóloga, “os quilombos eram organizações de resistência e luta contra uma sociedade escravocrata. Por isto, traziam em sua proposta uma organização social mais justa”. Em períodos de escravidão (1500 a 1888) devem ter existido muito mais do que dois mil quilombos, segundo cálculos da autora.

Dialogando com as ideias de Stuart Hall (1995), no que concerne ao multiculturalismo, o Brasil, país multicultural e de diversidades sem igual, com notáveis dimensões continentais e de vários povos e culturas, se constitui enquanto um território latino-americano intercultural, onde vivem populações caracterizadas por marcadores sociais e identidades coletivas próprias, partes expressivas da população brasileira, formam as comunidades de povos tradicionais, a exemplo dos povos indígenas e quilombolas. Assim, formamos um povo único e diverso, mas que precisa ser entendido na perspectiva da diversidade crítica, diante das diferenças e do respeito a estas, nos vários espaços sociais, sobretudo nos espaços educacionais.

Ainda sobre o campo conceitual, Hall (2003), define o multiculturalismo:

O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais (HALL, 2003, p. 52 apud Ferretti, 2007, p. 01).

Referenciando o Decreto nº 6.040, de 07 de dezembro de 2007, entende-se por povos tradicionais,

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Assim, a compreensão de uma população formada por povos e culturas originárias tão distintas, perpassa pelo entendimento de elementos conceituais que devem ser uma chave de leitura fundamentalmente importante para a pesquisa e a ciência, assim como as produções acerca da referida temática.

De acordo com a CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, a palavra Quilombo é originária do idioma africano quimbunco, que significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos que eram desenraizados das suas comunidades.

Os territórios de uso coletivo, ocupados por estes povos quilombolas, garantem a produção da vida e a sobrevivência, assim como, se constituem como base para a reprodução histórica do seu patrimônio cultural, porém, os conflitos no processo de demarcação destes territórios evidenciam a negação de direitos destes grupos étnicos, que secularmente lutam por direitos e pela vida, embora exista a ancoragem legal no Brasil, são as organizações e as lutas seculares, que vão mudando a compreensão ao longo da história e garantido por meio da legislação, outras possibilidades de apropriação das territorialidades.

De acordo a ABA - Associação Brasileira de Antropologia (1994), a categoria “remanescentes de quilombos” deve compreender todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vidas característicos em um determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e de valores partilhados (ABA, 1994, *apud* ARRUTI, 2017 p. 07). Então, entende-se como quilombos, espaços geográficos construídos e constituídos por grupos étnicos, partindo dos princípios da ancestralidade histórica de resistência e toda proposta política deve ser adaptada a essa realidade, inclusive as políticas educacionais. Desse modo, educar e formar são ancestrais e não atributos exclusivos da escola formal, tais como as práticas griôs, que se constituem em preservar a historicidade por meio da oralidade. Existe um passado e um presente de populações negras que vêm se educando secularmente por meio de uma resistência que nunca foi passiva e reafirmando os valores étnicos.

Ainda concordando com a Associação Brasileira de Antropologia, se constituem como Grupos Étnicos “um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar aflição ou exclusão”, cuja territorialidade é caracterizada pelo "uso comum" e pela “sazonalidade das atividade agrícolas, extrativistas e por ocupação do espaço

que teria por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (ABA, 1994, *apud* ARRUTI, 2017 p. 07).

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, cita que, “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). E os artigos 215 e 216 da Constituição, que se referem ao patrimônio cultural brasileiro, determinara a proteção das manifestações afro-brasileiras e ainda, o tombamento de documentos e sítios sobre as “reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

Como já citado aqui, a forte mobilização das pessoas interessadas pela dignidade da vida, como seres humanos e pessoas de direitos, desencadeou numa emenda popular apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, mas para Oliveira Jr., este ato representasse fortes transformações diante da legislação brasileira, a implementação do artigo 68 não causou muito impacto no legislativo, de acordo com o autor,

Durante o processo constituinte, nem uma única discussão foi registrada nos anais do Congresso sobre o futuro artigo 68 da ADCT. Incluindo inicialmente uma das propostas sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro, a proposição de titulação das terras dos remanescentes de Comunidades de quilombos foi deslocada para o ADCT devido à sua própria natureza transitório (...) A primeira menção que se faz no Congresso, já posterior à Constituinte, ao assunto, foi em 1991, em um discurso do Deputado Alcides Modesto (PT-BA) sobre o conflito fundiário na região do Rio das Rãs. (OLIVEIRA, 1995, p. 224-225).

Sobre a titulação, demarcação e coordenação das terras remanescentes das comunidades quilombolas no Brasil, o INCRA editou, em 22 de dezembro de 1995, a Portaria nº 307 que também previa a criação de um “Projeto Especial Quilombola” (INCRA, 1995).

No Brasil, o órgão responsável pela regularização dos territórios quilombolas é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo arquivo, disponibilizado em Acervo Fundiário, com versão de março de 2019, foi a referência para a construção da Base Territorial do Censo Demográfico 2020. Alguns órgãos estaduais de terras, que titularam áreas em favor dos quilombolas, não constavam na base do INCRA. Foram considerados Territórios Quilombolas oficialmente delimitados aqueles que estejam nos seguintes estágios administrativos: RTID, portaria, decreto ou titulado (INCRA, 2020).

Ao todo, são sete as etapas para a regularização das terras quilombolas junto ao INCRA; 1) abertura do processo para reconhecimento; 2) início do estudo da área visando a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI); 3) após a publicação do RTDI o processo é aberto pra contraditório recepção, análise e julgamento de eventuais contestações); 4) publicação da portaria de reconhecimento, que declara os limites do território

quilombola; 5) decreto presidencial que autoriza a desapropriação privada / encaminhamentos a entes públicos que tenham posse; 7) emissão de títulos de propriedade coletiva para a comunidade (CONCEIÇÃO, 2016, p. 13).

Compreende-se, a partir das leituras, do Artigo 68 e legislações afins² que tais comunidades ainda passam pela afirmação constante da existência e identificação contemporânea, e somente a permanência no tempo não basta para o reconhecimento de signos culturais e apropriação da sua própria história.

Contudo, manter os territórios quilombolas perpassa pelo entendimento da luta de classes diante dos interesses distintos destas, em todo o processo histórico de constituição do território brasileiro, como explana Oliveira, “conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade do nosso tempo. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país” (OLIVEIRA, 1998).

O campo foi se constituindo a base de lutas entre as classes antagônicas e resistência pelos camponeses, como afirma Oliveira, a marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos.

O entendimento do papel e do antagonismo existentes entre as classes sociais no território torna-se fundamental. No Brasil, embora reconhecida a importância do controle privado da terra, do controle dos meios de produção e de outros recursos naturais, na consolidação das classes sociais não se busca uma leitura mecanicista, mas através do entendimento do processo histórico, levantar elementos importantes na compreensão, não apenas na conformação das classes mas do papel que estas assumem, em diversos momentos históricos relacionando ainda as demandas do modelo produtivo, ou seja, do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em nível mundial e o papel desempenhado pelo Estado na garantia do controle dos recursos e dos meios de produção para as classes dominantes. (SOUZA, 2008, p. 182).

Assim, percebe-se a concepção do território brasileiro, formado por sujeitos e classes sociais distintas e antagônicas, na qual a terra se configura como um instrumento de reprodução de vida para os camponeses, para as pessoas do campo.

A expansão territorial e a apropriação de territórios em busca de riquezas, dá origem ao processo de colonização, idealizado por um grupo humano, para garantir a produção do capital europeu e seus interesses, desprivilegiando classes sociais que vivem do uso não capitalista da terra, avançando sobre novos espaços, mesmo que sejam esses espaços diferenciados pelas racionalidades empregadas em cada um, de acordo com os interesses contraditórios entre classes sociais antagônicas. E para que se caracterize a colônia é necessário a ocupação do espaço, ou seja, um assentamento, ainda que perece.

² Artigos 215 e 216 da CF, Convenção 169 da OIT; Decreto 4887/2033; Decreto 6040/2007.

Como explana Moraes (2005),

A colonização implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão, comumente localizados no centro difusor original. A inexistência deste centro torna o processo expansivo, não uma colonização, mas uma migração de *habitat*, o que configura uma situação geográfica diversa (submetida a outras determinações). Assim, a colônia corresponde à existência de uma metrópole, que atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador. (p. 63).

A fim de manter a estruturação e a economia da colônia é desenvolvida não apenas uma nova configuração territorial, mas também uma estrutura social baseada na exploração do pau-brasil, seguida pelo ciclo da produção de açúcar e da mineração, que permitiu a desigualdade e a exploração da força de trabalho, com base em relações escravistas, constituindo aquilo que Martins (1998) denominou de renda capitalizada, ou seja, onde estava investido o capital do senhor de terras. O escravo era a principal mercadoria, visto que era a única capaz de produzir novas mercadorias e permitir a produção de riquezas para os proprietários de terras. Essa relação adquire nova conotação a partir da promulgação da Lei de Terras (1850). A partir da consolidação da propriedade privada, a terra passa a ser o equivalente de valor, mas agora encontra-se concentrada nas mãos dos proprietários fundiários.

Compreende-se então que, a promulgação da Lei de Terras e a abolição da relação escravista (1888), em princípio, embora representem aspectos fundamentais para se compreender as necessidades concretas de expansão das relações capitalistas de então, por outro lado não representou melhorias concretas nas condições de vida das centenas e milhares de escravizados e seus descendentes, uma vez que o cativo da terra e o não acesso aos meios de produzir a vida, regou a estes os espaços, a expropriação e as precárias condições de reproduzir-se socialmente, seja no campo ou nas periferias urbanas. Portanto, as condições objetivas são fundamentais para explicar e respaldar a leitura histórica e necessária, na qual os africanos e africanas e seus descendentes se reproduzem, fugindo dos esquemas explicativos naturalizados e racistas.

Nesse sentido, e sobre as condições de reprodução da vida, cabe salientar que:

Apesar de os africanos conseguirem, em muitos momentos recriar e transmitir a cultura africana no Novo Mundo, não se pode esquecer que esses escravos ainda enfrentavam tempos extremamente difíceis. Mesmo que possam ter constituído famílias, socializando entre si, desenvolvido organizações de autoajuda e coisa do gênero, não se pode deixar de lado o fato de que os escravos eram, normalmente, muito explorados. Até quando tinham algum privilégio, eram impedidos de participar de forma integral da comunidade como um todo. Em tais condições, sempre há pessoas, quer exploradas, quer

privilegiadas, que não vêm como mudar ou melhorar sua sorte seguindo as regras normais do sistema. Essas pessoas procuram ir além das circunstâncias que a escravidão lhes impõe e exigem mais do que seus donos ou governantes estão dispostos a dar-lhes por livre vontade (THORNTON, 2004, p. 355).

Fica entendido a partir das leituras, portanto, que baseado no sofrimento do percurso da vida forçada em outras terras, e na exploração dos corpos negros, o grande empreendimento, os engenhos, produziam não só açúcar, mas esse modelo de produção e de relações desiguais entre classes antagonicas fundamentam a história da sociedade brasileira.

Reafirma-se então que, a exploração da força de trabalho dos povos originários e a escravidão de pessoas trazidas do Continente Africano, sustentaram a produção e a economia da colônia de Portugal, neste caso, nosso território denominado Brasil. Entretanto, enquanto houve a exploração, houve a resistência, como enfatiza Thornton (2004).

Esses descontentes eram os resistentes, os rebeldes ou os fugitivos. Cada um ao seu modo ou de acordo com seus próprios meios, procurava alterar o sistema e suas regras. Para alguns era um modo de barganhar melhores condições para si e para o grupo; para outros, era uma maneira de adquirir poder, libertar-se ou determinar seu próprio destino; e para um outro grupo, um meio de virar a mesa sobre seus senhores e governantes (THORNTON, 2004, p. 355).

A compreensão sobre a população negra e resistente no Brasil, assim como suas formas de vida, pode ser norteada a partir das reflexões propostas por intelectuais negros (as) e suas produções, a exemplo de autores e autoras como, Edson Carneiro, Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos, entre outros (as), e as concepções de quilombo como um dos símbolos de resistência, que se constituía como uma referência ideológica, cultural e política (NASCIMENTO, 1985), são de possíveis compreensões, por meio de uma história contada em diversas obras científicas.

Se fazem necessárias também, para entender a história da formação do povo brasileiro, a leituras sobre a diáspora africana – que retirou à força cerca de milhões de pessoas do Continente Africano, em direção às Américas, com destino à lavoura, ao trabalho urbano nas casas dos senhores, nas criações, ou ainda, quando mulheres para exploração sexual, cozinheiras, arrumadeiras, babás, enfim, todo tipo de trabalho servil. Mas que, segundo Silvério (2020), a noção de diáspora, passou a ser utilizada para qualificar a condição social e a experiência cultural de expatriados e exilados. Enfim, entende-se que o trabalho escravo, consolidado por meio do processo diaspórico em terras nacionais, foi o que deu sustentabilidade à economia brasileira durante um longo período da história, pois a organização política e econômica dos Estados Africanos também foram alvo de atração e exploração para os europeus,

Assim, afirma Munanga (1986),

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados Africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. A ordem social e moral equivalia à política. Em contrapartida o desenvolvimento técnico, incluindo a tecnologia de guerra, era menos acentuada. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, socioeconômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam os falsos cientistas”. (p. 8).

Sabe-se que escravidão existe desde quando as sociedades começaram a se constituírem de forma complexa, havendo a necessidade da exploração humana. No Continente Africano, essa forma de servidão já existia no século XVI (SILVA, 2022), período em que o Brasil já era colônia de Portugal. Os europeus, por sua vez, ao traficar as pessoas para a escravidão, traziam-nas de diversos países, com línguas, religiões, costumes distintos, crendo assim, dificultarem a comunicação entre eles, o que impossibilitaria planos para fugas e rebeliões.

Contudo, os escravizados não ficaram inertes a essa condição, provocaram várias rebeliões, fugas, movimento, enfim a luta e resistências foram incessantes e muitos conseguiram fugir. Quando isso ocorria, formavam mocambos em locais na mata, de difícil acesso, pois, se encontrados os castigos e punições eram muito severos, podendo até mesmo serem mortos como forma de intimidar outras tentativas. De acordo com Conceição, (2016, p. 77), “no Brasil, os quilombos são também chamados de mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidade quilombola, terras de preto”.

Nesses mocambos eram formadas comunidades de fugitivos, originando assim os quilombos, que na reflexão de Pinto (1999), observa-se que:

Os quilombos eram núcleos populacionais formados por escravos fugitivos. Nesses locais eles resistiam à escravidão e defendiam a liberdade; homens e mulheres tentavam reconstituir nos quilombos as várias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantava, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas possíveis. Tentavam estabelecer nos quilombos, espaços políticos, econômicos, sociais e culturais (p. 35).

Geograficamente localizado no território que compreende os estados de Alagoas e Pernambuco, o Quilombo de Palmares, de acordo com Moura (1986, p. 48), era “a maior resistência social, militar, econômica e cultural ao sistema escravista”. Se faz interessante e fundamental citarmos aqui a importância do aquilombamento em Palmares, evidenciando a sua salutar existência e resistências na historicidade, assim como, suas influências para a formação do território nacional.

Em Palmares, como já foi acentuado por Nina Rodrigues e Édson Carneiro, uma imitação dos muitos reinos existentes na África, onde o chefe é escolhido entre os mais capazes na guerra e de maior prestígio entre eles. Esse rei governou até o ano de 1678, quando, havendo negociado a paz com os

brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou a história como líder incontestável e herói de Palmares. Além do rei, porém a República era dirigida por um Conselho composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região. Esse Conselho que constituía, ao que parece, a mais importante instância deliberativa da República, reunia-se periodicamente, quando havia assunto de interesse justificado e importado – a paz ou a guerra, etc. – e funcionava na capital de palmares, sob a presidência de ganga Zumba (MOURA 1981, p. 186).

Ao lado de Palmares – que foi tomado como modelo ideal de quilombo, verdadeiro “Estado Africano no Brasil”, composto de milhares de pessoas organizadas, em diferentes aldeias, munidas de exército e organizando uma oposição sistemática à ordem vigente (CARNEIRO, 1988) – vão emergindo situações tão diferentes quanto as comunidades de pequenos produtores de alimentos que habitavam as periferias das cidades e realizavam comércio sistemático com seus comerciantes, os pequenos grupos nômades que viviam do assalto às senzalas ou ainda comunidades extrativistas (REIS, GOMES, 1996). Estas formações nas cidades, urbanas, que não adentraremos detalhadamente aqui, também servem para explicar a rica história das organizações sociais do povo africano em território colonial, posteriormente, no Brasil.

Uma história rica e de resistência, muitas vezes minimizada pela história oficial, esta encontrada nos livros didáticos, se deu de várias formas, ao longo do processo de formação do nosso país, como pode-se compreender a partir da historiografia. Várias foram as formas de opressão, porém o povo escravizado resistia em busca da liberdade de seus corpos e suas subjetividades. Lutas que ainda são travadas no cotidiano, por todo o território, todo país, com o intuito assegurar a desmarginalização cultural, econômica, social, educacional e, sobretudo, o direito à terra e a vida. É válido lembrar que para os discursos oficiais a escravidão acabou, e que análises superficiais são mantidas e desmerecem todo um conteúdo histórico por meio do qual os negros ainda se reproduzem com dificuldades; desprovidos da condição material, inclusive a terra e o trabalho digno.

No tocante à resistência negra, em relação ao território como espaço reprodutor da vida, o aspecto mais relevante são os quilombos, espalhados por todo o Brasil, ao quais constituem a mais representativa forma de luta contra a escravidão. “O Brasil negro não estava nos planos”, cita o geógrafo Rafael Sanzio, da Universidade de Brasília. Porém constituindo os quilombos, entre outros espaços, resistimos!

Entre centenas de comunidades quilombolas edificadas no país, o mais divulgado foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, sendo este considerado, por muitos, um estado africano no Brasil.

O Quilombo de Palmares teve início no século XVII, se mantendo até 1695, cujo território, possuía complexa organização, tanto militar, como administrativa. Possuía até uma “capital”, Macacos, e dividia-se em vários mocambos, cada qual com sua própria estrutura administrativa. Além da população negra, Palmares era habitado também por indígenas e brancos pobres, o que demonstra uma rede de relações bem dinâmica. Porém sua saga é contada nos livros didáticos, principalmente, por meio da sua destruição, por forças policiais, incluindo a decapitação de Zumbi, seu grande líder, mas não o único. Protagonizaram outros líderes, inclusive, antes dele e, vale ressaltar as contribuições femininas, que sempre fizeram parte do cotidiano palmarino, a exemplo de Dandara, esposa de Zumbi dos Palmares (SECADI, 2010).

Contemporaneamente, os territórios tradicionais, além de assegurar a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais, constituem a base para a produção e reprodução de todo o seu patrimônio cultural. A realidade atual reflete a necessidade de mudanças que permitam a estes povos e comunidades a experiência de viver sua cidadania, sem que tenham que abrir mão de suas práticas culturais, sociais e econômicas (BRASIL, 1998).

Portanto, assegurar o acesso ao território, significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção, além de elementos simbólicos essenciais à sua identidade cultural. (BRASIL, 1998).

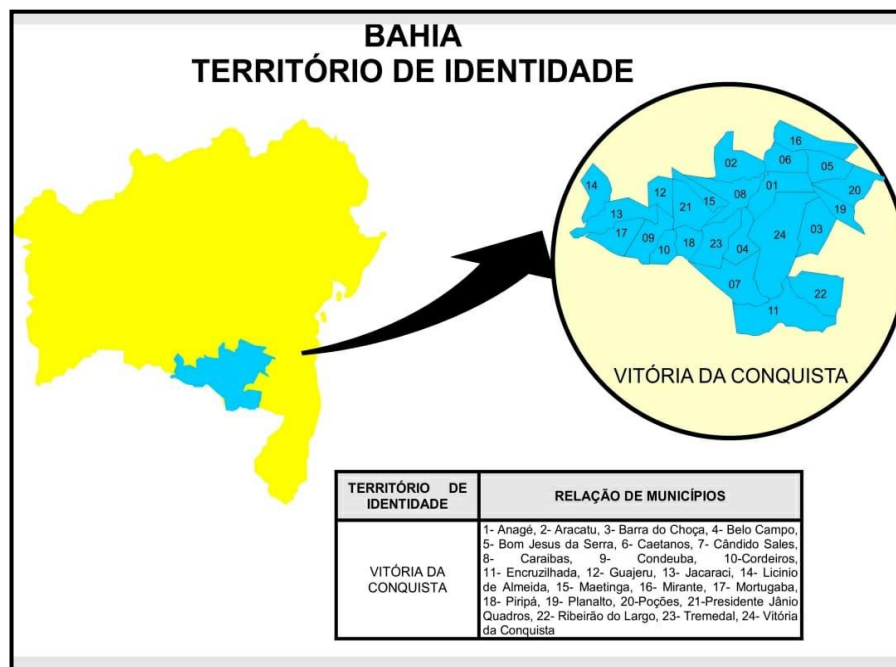
Sendo assim, é de salutar importância o conhecimento sobre a legislação vigente, os direitos e as estratégias de acesso a estes, assim como, o cumprimento dos deveres, para o empoderamento do coletivo, o fortalecimento das Comunidades Quilombolas.

De acordo com as leituras e aportes teóricos, compreende-se que, o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. A condição de existir como uma lacuna no sistema em que negros estavam moralmente submetidos, projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações que reforçam à identidade social e cultural.

Contudo, tem sido a história tão lacônica, ao tratar deste capítulo que se constitui tão importante para a história da nação brasileira, considerando os territórios quilombolas, emergentes como dimensão concreta dessa luta que se reproduziu durante o tempo, pois os quilombos, por estarem em locais afastados, permaneceram ativos mesmo após a abolição da escravatura, segundo a Fundação Palmares, os mesmos deram origem às atuais comunidades quilombolas contemporâneas. Grande parte destas, estando situada em estados das regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2019).

A Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, localizada no município de Anagé, no Território de Identidade de Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, é uma das três comunidades quilombolas deste município, sendo as demais Mandacaru e Água Doce.

Figura 2. Bahia, Território de Identidade



Fonte: Seagri.ba.gov.br (2019)

Lagoa Torta dos Pretos recebe este nome, de Fazenda Torta dos Pretos por conta de uma lagoa, que existia nesta região há algum tempo, que garantia a sobrevivência das famílias que ali residiam, e que apresentava formas indefinidas, ou seja, “tortas”, de acordo com os moradores mais idosos desta comunidade. Havia naquela região, uma grande concentração de pessoas negras, que vieram de várias outras regiões vizinhas, como as Fazendas Recrutinha, Recruta, Capão, São Domingos, Irapuá, Tapuio, Serra Verde Serra Pelada, Fundo, Riachão, Cachoeira, Lagoa do Arroz, Lagoa Torta dos Pretos, Boa Vista, Gato, Lagoa do Mel, Salvador, Barra do Mel, Lagoa Rasa, Lagoa Nova, Retiro, Olho D’água do Vital, Olho D’água do Cristal, Olho D’água do Barbosa. Muitas pessoas destas comunidades migraram para a região de Lagoa Torta dos Pretos, por conta de casamentos, vínculos familiares, trabalho nas terras da região, entre outros motivos, constituindo assim a atual população desta comunidade quilombola considerada como uma das inúmeras comunidades que historicamente se solidificaram em seus

espaços, contribuíram e contribuem para a formação do nosso povo, traduzindo a ancestralidade por meio dos saberes e conhecimentos construídos na história, reafirmando as suas territorialidades, as quais embasam a vida, aspectos estes, que a Educação Escolar Quilombola precisa se alimentar e reproduzir.

No sentido da afirmação destes territórios, e nos remetendo às Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (2012), lemos,

O processo de quilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e de seus descendentes. Em todas as Américas, há grupos semelhantes, porém com nomes diferentes, de acordo com as regiões onde viveram: cimarrões, em muitos países de colonização espanhola; palenques em Cuba e na Colômbia; cumbes, na Venezuela; e marrons, na Jamaica, nas guianas e nos estados Unidos. Anjos, R (2007) confirma esse dado ao afirmar que surgiram milhares de quilombos de norte a sul do Brasil, assim como na Colômbia, no Chile, no Equador, na Venezuela, no Peru, na Bolívia, no Haiti, na Jamaica, nas Guianas e em outros territórios da América.

Dessa forma podemos entender os quilombos não somente como uma instituição militar da África Central, mas, principalmente, como uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada a participação de outros segmentos da população com os quais os quilombolas interagiram em cada país, notoriamente, alguns povos indígenas (DCNEEQ, 2012, p. 5).

Como experiência coletiva citada no referido documento, marcamos aqui a existência da Comunidade de Lagoa torta dos Pretos, onde alguns moradores afirmam que o batismo da referida fazenda como o nome Lagoa Torta dos Pretos, se deu por conta do Senhor Gabriel Arcanjo de Araújo que, com Domingos Barbosa e Alberto Carvalho, estavam entre os primeiros moradores daquele local. De acordo com relatos orais, a Fazenda Lagoa Torta dos Pretos existe há mais ou menos 200 anos e foi originalmente povoada, segundo os moradores, no decorrer do ano de 1850.

Até certo momento da história, os moradores não identificavam aquela região como um quilombo, de acordo com a definição de alguns pensadores, citados inicialmente, que se referem aos “Quilombos” como organizações de pessoas negras que fugiam dos maus tratos dos senhores de engenho, para conquistarem a liberdade, resistindo a todas as dificuldades enfrentadas diante das perseguições dos patrões. Nesse sentido, e obedecendo esta lógica, a Comunidade de Lagoa Torta dos Pretos está caracterizada e contemplada enquanto um tipo organizacional que confere pertencimento territorial, portanto se constitui enquanto Quilombo.

Assim como em outros quilombos, homens e mulheres tinham e ainda tem seu comércio de vendas de mercadorias particulares para sobrevivência e lá praticavam e praticam as suas manifestações culturais específicas, desenvolvem suas atividades em prol da sobrevivência e

produção da vida, vivenciando o uso da terra, cuja territorialidade é caracterizada pelo uso comum.

Contudo, a região de Lagoa Torta dos Pretos passou a ser identificada como um quilombo, mas não era oficialmente reconhecida. Só agora, recentemente, mais precisamente no dia 21 de maio de 2014, foi reconhecida pela Fundação Palmares, como uma região de quilombola. Houve, inclusive, de acordo os relatos de moradores da comunidade, uma cerimônia e festejos com a participação de autoridades do município, como: prefeita, vereadores, coordenadores, presidente da Associação de Remanescentes dos Agricultores Familiares de Lagoa Torta dos Pretos, representantes de inúmeras comunidades do município de Anagé. A certificação se deu pela Fundação Palmares, como já dito, e pelo CAQ - Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista.

A Fazenda Lagoa Torta dos Pretos está localizada a 35 km da sede do município de Anagé, no Sudoeste do estado da Bahia, no Território de Identidade de Vitória da Conquista e fica às margens da BA 224, constituindo a zona rural deste município, sendo esta a maior extensão territorial, se comparada à área urbana de Anagé, conseqüentemente a maior parte da população anageense é rural, portando, o maior número de estudantes estão matriculados nas instituições de ensino localizadas no campo.

Atualmente o número estimado de moradores, na Comunidade Quilombola de Lagoa Torta é de 326 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, sendo importante ressaltar que, a maioria dos moradores se declara como negro/a e uma minoria se declara branco/a (22 pessoas desta comunidade).

Os habitantes da Fazenda Lagoa Torta dos Pretos, vivem basicamente do Programa Bolsa Família, uma boa parte são idosos aposentados e outros vivem da agricultura familiar, plantando para sobrevivência na cultura do milho, andu, palma, abóbora, melancia e fumo, produtos que são comercializados na feira livre que acontece na sede do município de Anagé, semanalmente, sempre aos sábados.

Parte da população, em idade produtiva, tem renda declarada com carteira assinada, contratados pela Prefeitura Municipal de Anagé/BA ou pelo comércio local, outros saem para estudar e trabalhar fora em Vitória da Conquista/BA ou em São Paulo. Comumente, este movimento caracteriza o êxodo dos jovens quilombolas que, prevendo a subsistência por meio da busca da renda, geram este fenômeno que colocam em risco a manutenção das comunidades quilombolas em geral, como relatam os moradores de Lagoa Torta dos Pretos.

Uma das situações que tem sido difícil, para o povo que ali vive, é a escassez da chuva (comum à região) e a falta de políticas para o enfrentamento da seca que, como fenômeno da natureza e que precisa ser vivenciado mediante estratégias de investimentos geridas pelos

setores governamentais responsáveis, visando garantir a dignidade destas pessoas no processo de produção/reprodução da vida. Segundo relatos dos moradores, antes eram frequentes meses de outubro ou novembro, enquanto hoje, com as mudanças climáticas no mundo, não há ocorrência desse fenômeno de fundamental importância para a vida, neste período.

A comunidade de Lagoa Torta dos Pretos não tem acesso à muitas fontes de água potável, apenas alguns açudes que os moradores chamam de “barreiros”, mas a água não é de boa qualidade e, em época de muita seca, as famílias vivem da água transportada por caminhões pipa.

Por meio da Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo de Lagoa Torta dos Pretos, constituída em 10 de março de 2013, a comunidade tem desenvolvido atividades, buscando parcerias para atender as suas demandas, no que diz respeito às áreas de saúde, educação, assistência social, jurídica, lazer, religiosa, entre outras, buscando, sempre de forma solidária, colaborar para o desenvolvimento social e manutenção das suas territorialidades enquanto comunidade quilombola.

Uma das ações realizadas recentemente, onde podemos participar diretamente em suas atividades, foi o Projeto SUAS SEM BARREIRAS, reivindicado junto à prefeitura Municipal de Anagé, pela Comunidade, e desenvolvido em parceria entre a Associação de Moradores da Comunidade de Lagoa Torta dos Pretos, ASPAIJ - Associação de Promoção e Assistência a Infância e Juventude, e com a CASBS - Comunidade de Assistência Social, Beleza e Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, que desenvolve na Comunidade o projeto, propondo atividades como, roda de conversa sobre a Política Nacional de Assistência Social e as estratégias para romper com o racismo estrutural e institucional existente na sociedade, com o objetivo de orientar acerca da Política Nacional de Assistência Social, bem como, dialogar sobre estratégias emancipatórias que contribuem para romper com o racismo estrutural e institucional vivenciado cotidianamente pela população quilombola. Ancora-se nas estruturas legais do Sistema Único de Assistência Social, para a realização de tais ações na comunidade, a saber:

A Norma Operacional Básica - NOB-SUAS/2005 - define com detalhamento as novas lógicas de organização, gestão e provisão no campo das ações continuadas de assistência social. Dentre os elementos essenciais dessa formulação, destaca-se o território como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43).

A proposta também visa a orientação acerca dos serviços, programas e benefícios que compõem a Política Nacional de Assistência Social; o diálogo sobre a necessidade da integração

entre as políticas públicas para o desenvolvimento biopsicossocial da população quilombola, assim como, evidenciar elementos que contribuam para o empoderamento da comunidade quilombola, a fim de instrumentalizá-la e motivá-la para o conhecimento e a reivindicação dos seus direitos.

De acordo com os registros legais é possível afirmar que grande parcela da população brasileira ainda se encontra à margem do que preconiza a legislação vigente, dentre estes se encontram as comunidades remanescentes de quilombo. Destarte, conforme dados publicados pela SEPPIR, em 2017, cerca de 70% da população que reside em comunidades quilombolas vivenciam situação de extrema pobreza, cuja renda per capita varia entre R\$16,00 a R\$483,00. Para mais, os dados (2013) revelam ainda que aproximadamente 24,81% eram analfabetos. Esses dados denotam que a população negra continua marcada pela não cidadania e supremacia branca, o que as torna vulneráveis e demandantes de ações do Estado e de Políticas Públicas que contribuam para torná-los detentoras de seus direitos. É neste sentido que a NOB/SUAS (2005) preconiza que:

O estabelecido em relação às características dos municípios com seu porte é regra geral a ser seguida no processo de financiamento da política de Assistência Social. Há, no entanto, grande possibilidade de ocorrerem situações específicas, não passíveis de tratamento generalizado. Tais situações deverão ser consideradas como tal, levando ao desenvolvimento também de maneira específica, inclusive na diferenciação de trato quando definição de critérios de partilha e de transferência de recursos federais e estaduais. É o caso, por exemplo, das realidades de seca, fronteira, ribeirinha, portuária, quilombola, indígena, de floresta, bem como, das realidades em que são altos índices de mortalidade juvenil, entre outras, em que o custo dos serviços será calculado a partir da complexidade da situação e das demandas que apresentam, objetivando chegar à pisos variáveis mais específicos dentro de cada nível de proteção. (NOB/SUAS, 2005, p, 152).

Portanto entende-se que, esta ação “SUAS SEM BARREIRAS: Roda de Conversa Acerca da Política Nacional de Assistência Social e Estratégias para Romper com o Racismo Estrutural e Institucional”, foi planejada e fundamentada a partir do objetivo do Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF) em promover apoio à família, prevenindo o rompimento de vínculos, estimulando as suas potencialidades e sendo canal de acesso aos direitos. A equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social ainda se amparava no seguinte pressuposto: O PAIF também deve dispensar atenção especial ao atender famílias que possuem especificidades étnicas diferenciadas: povos e comunidades tradicionais, com destaque para os povos indígenas e comunidades quilombolas. O atendimento a estes segmentos sociais deve ser prioritário, pois materializa o pressuposto do SUAS descrito na PNAS – Política Nacional de Assistência Social: tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas.

Destarte, a partir do entendimento que a Política de Assistência Social precisa garantir que todos/as tenham acesso aos seus serviços, programas e benefícios e, que toda atividade pode e deve tornar-se um momento para compartilhar saberes, de acordo com as falas das profissionais envolvidas, esta ação objetiva proporcionar à Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, um espaço para refletir acerca das lutas e desafios enfrentados em seu cotidiano, sobre o seu papel na sociedade e os possíveis caminhos que os conduzem à rede de proteção, portanto, se fez importante relatarmos a iniciativa, que ocorreu da seguinte maneira:

- O evento foi realizado na Associação do Quilombo Lagoa Torta dos Pretos no dia 26/05/2022 com início previsto para as 9 horas;
- Participaram pessoas, incluindo as crianças da Comunidade;
- Realização de uma Roda de Conversa promovida por Renata Duarte (assistente social e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais e Poliana Reijane Souza Silva (membro do Grupo de Pesquisa Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional e Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino da UESB), num tempo aproximado de 20 minutos para cada palestrante;
- Ocorreu, na oportunidade, atendimento para atualização do Cadastro Único;
- Foi firmada parceria com uma empresa de cursos de informática que realizou o sorteio de três cursos totalmente gratuitos entre outros prêmios;
- Outros serviços foram ofertados, como, aferição da pressão arterial e glicemia, entre outros;
- A Associação de Promoção e Assistência a Infância e Juventude (ASPAIJ), contribuiu com o empréstimo da máquina de algodão-doce, pipoqueira e com brinquedos (pula-pula);
- A Comunidade de Assistência Social, Beleza e saúde (CASBS), foi a responsável pelo momento da beleza (as mulheres terão oportunidade de escovar os cabelos e realizar penteados, limpar as sobrancelhas, etc);
- Houve também um momento de degustação de alimentos, como, canjica, almoço, refrigerante, pipoca e algodão-doce, etc;

Figura 3: Registro do Encontro Associação/Secretarias





Encontro de moradores e representantes das secretarias municipais de Anagé, Educação, Saúde e assistência Social, no espaço da Associação Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos.

Fonte: Arquivo da autora / 2022

Figura 4: Palestrante Professora Poliana Reijane



Professora Poliana Reijane apresenta um panorama histórico sobre as comunidades quilombolas no Brasil e as políticas educacionais, num momento de diálogos sobre as demandas da população de Lagoa Torta dos Pretos.

Fonte: Arquivo da autora / 2022

São notórias as iniciativas desta Associação, na busca por parcerias com o intuito da efetivação das políticas públicas, entendendo a construção coletiva para a melhoria da produção da vida, das existências e do empoderamento da população. Uma das muitas atividades desenvolvidas pela comunidade é a Dinâmica Resgatando Memórias, projeto que reúne as pessoas mais idosas para, numa dinâmica de resgate e valorização da oralidade, contar as histórias vivenciadas por eles e seus ancestrais, falando sobre pessoas e seus destaques na vida, no cotidiano quilombola, hábitos e costumes também são lembrados e contados para os mais

jovens, em um espaço de diversão e alegria contagiante, segundo os moradores participantes da dinâmica.

Figura 5: Projeto – Dinâmica “Resgatando Memórias”



Fonte: Arquivo da Associação Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos / 2022

Os projetos e atividades, em sua grande maioria tem a participação ativa das crianças e dos mais jovens, embora alguns ainda não compreendam o termo “quilombola” e a importância deste reconhecimento e do pertencimento.

Sobre o contexto escolar, todas as crianças com idade de 05 a 15 anos eram matriculadas na Escola Municipal Otávio Mangabeira localizada nesta região quilombola, ou seja, na comunidade de Lagoa Torta dos Pretos, com a nucleação foram transferidos para a escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, sendo matrículas correspondentes à 27 alunos e alunas quilombolas.

De acordo com a equipe da Secretaria Municipal de Educação, a referida nucleação e agregação aos Núcleos Regionais, justifica-se devido à situação de isolamento das regiões ou ao baixo número de alunos e alunas matriculados/as, fazendo-se necessário, contudo a enturmação em classes, com anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, caracterizando assim a multisseriação. Tal medida não tem aprovação de alguns pais, mães e responsáveis, por conta do traslado difícil e inseguro destas crianças até os Núcleos Regionais, muitas vezes distantes das residências. A indignação de certa parte da comunidade escolar, pode ser refletida a partir da seguinte ideia,

A ausência de uma proposta pedagógica específica para a realidade das salas multisseriadas é fortalecida pelas Secretarias de Educação quando definem encaminhamentos pedagógicos e administrativos padronizados sem considerar a diversidade dessas escolas (SILVA, 2011, p. 306).

A Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, localizada na Comunidade do Irapuá, município de Anagé/BA, recebeu este nome como forma de homenagear Dona Adeídes (Lei Municipal de nº 442/2020, portaria publicada em 15 de dezembro de 2020), moradora do município de Anagé e servidora pública municipal, que ao longo de sua carreira como Chefe do Setor de Merenda, e de uma forma bastante solidária, ajudava muitas pessoas (famílias) carentes, distribuindo itens da cesta básica, alimentos e ainda, hospedando em sua casa as pessoas quando a procurava e nela se apoiavam para solucionar várias situações difíceis da vida, do cotidiano. Mais conhecida como Dona Dedé, nasceu em 05 de outubro de 1934, filha de Rosel Dias Soares e Laurinda Rosa Soares, casou-se com Gerson Saraiva dos Santos, com quem teve seis filhos. Frequentou a escola e concluindo o Nível Médio, exerceu a profissão de professora durante muitos anos de sua vida na Escola Municipal Euclides Dantas, localizada no Povoado da Lagoa Torta, município de Anagé. Dona Dedé ainda atuou como professora do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização e como professora em outras escolas municipais da sede, concluindo sua jornada na educação municipal como chefe de merenda escolar, função praticada durante o maior tempo de sua vida profissional com muito êxito e dedicação. Trabalhou até o ano de 1988, quando se afastou das atividades laborais por problemas de saúde, chegando a óbito aos 54 anos de idade, na data de 05 de novembro de 1988, precisamente no Hospital São Vicente em Vitória da Conquista/BA.

A referida escola foi inaugurada em 16 de dezembro de 2020, diante do fechamento de algumas escolas do campo, incluindo uma escola da comunidade quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, localizada neste entorno, que, por conta do processo de nucleação estabelecido no município de Anagé, foram agrupadas nesta determinada instituição, construída com recursos próprios e atendendo esta proposta da municipalidade da nucleação, que também ocorreu em outras regiões do município.

A ideia de nucleação, importante ressaltar aqui, tem origem nos Estados Unidos e com moldes norte-americanos se estabelece no Brasil, como informado pelo Ministério da Educação (MEC, 2007):

O processo de nucleação das escolas rurais começou, no Brasil, na década de 1970, nos estados das regiões Sul e Sudeste. Baseados nos modelos norteamericanos, o processo de nucleação consistia em reunir várias escolas ou salas ditas “isoladas”, que foram fechadas ou desativadas, agrupando-as em uma única escola nos distritos ou em comunidades que reunissem maior número de pequenas comunidades em seu entorno, surgindo o modelo de organização conhecido como escola nucleada (MEC, 2007).

Diante deste processo de nucleação das escolas municipais do campo, a escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, recebe alunos e alunas de inúmeras regiões do município de Anagé/BA, Sudoeste da Bahia. A Escola tem um quadro de funcionários composto pela Diretora, Vice-Diretora, Coordenadora Pedagógica, sete Professoras com a carga horária de 40 horas e uma com 20 horas, duas auxiliares de classe, um porteiro, dois vigias noturnos, duas merendeiras e duas auxiliares de limpeza, todos estes trabalhadores concursados pela rede municipal de Anagé.

O espaço físico desta instituição, relativamente espaçoso e agradável, de acordo com os relatos da comunidade escolar, é organizado e dividido em cinco salas de aula, assim distribuídas: direção escolar, docentes, coordenação pedagógica, secretaria, cozinha (bem equipada e espaçosa). Afora isso, banheiro para os funcionários, dois banheiros para os servidores do setor administrativo e pedagógico, dois banheiros para discentes e um pátio com uma parte coberta.

A escola oferece o Ensino Fundamental I, ou seja, as séries iniciais, e a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, atendendo, assim, a faixa etária de 04 a 17 anos, sendo 27 alunos/as da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, informados/as no Censo Escolar como quilombolas, e 02 alunos que precisam ter atendidas diante das suas deficiências. Todos/as matriculados/as utilizam o transporte escolar para o traslado e acesso à escola, e quanto a merenda escolar, é considerada de qualidade, boas condições no processo do preparo e a distribuição atende à demanda escolar.

A escola desenvolve, ao longo do ano, o Projeto de Aniversário de Anagé (emancipação política em abril, especificamente no dia 05/04), e o dos festejos juninos, os quais marcam a história de tradição religiosa do município, que cultua o São João Batista, como padroeiro, numa perspectiva da religião católica.

Sobre as principais dificuldades encontradas na pandemia diante das práticas educacionais no ensino remoto, alguns profissionais relatam sobre situações, sobretudo a dificuldade de ministrar aulas de maneiras diferente das que eram realizadas presencialmente. Reinventar estratégias e metodologias para conseguir ministrar aulas à distância, por meio do ensino remoto, utilizando a plataforma adotada pelo sistema municipal, e ainda, deparar com as dificuldades expostas pelos estudantes, vivenciando o aprender sem o contato presencial com o(a) docente. Isso representou um grande desafio imposto pela situação pandêmica, desvelando a falta de conhecimento e habilidade de muitos profissionais da educação em trabalhar de forma online e a falta de formação em tempo hábil para contemplar o trabalho do mesmo.

A Coordenadora Pedagógica dessa escola expõe as principais dificuldades encontradas no processo de planejamento para o retorno presencial,

O grande desafio é lidar com classes tão heterogêneas, onde muitos alunos foram aprovados sem nunca ter participado das aulas online. Alunos que tiveram suporte técnico e familiar foram assistidos e mesmos assim, não conseguiram aprender e outros alunos que não tiveram suporte tecnológico. Essa situação dificulta no processo de planejamento e na elaboração de atividades para contemplar tanta diversidade. (COORDENADORA A, 2022)

Dentre as profissionais que nesta escola já atuaram como professoras, podemos destacar as professoras: Delma Pereira Barbosa, Sidália Santos Cardoso, Evanides Silva de Carvalho, Eliene Rodrigues do Prado, entre outras que marcaram a história da Educação desta comunidade. Atualmente a professora Marinez Moreira de Jesus, nativa e moradora da região, se autodeclara quilombola e graduada em Pedagogia, compõe um quadro raro no país que é ser quilombola e ser professora de uma comunidade quilombola. A Escola tem uma equipe engajada e comprometida com o ensino público, porém a falta da formação específica para atuar na educação escolar Quilombola, compromete o trabalho, segundo estes profissionais, os quais se esforçam e buscam fazer o melhor, pensando na construção do conhecimento aliado a autoestima das crianças quilombolas especificamente, desenvolvendo atividades como projetos voltados para a educação e formação das crianças negras, jovens adolescentes da região, como exemplo, o PROJOVEM – Programa nacional de Inclusão de Jovens, TOPA – Programa Todos pela Alfabetização, Pastoral da Criança, entre outros.

Contudo, é importante ressaltar que a maioria dos moradores da comunidade sabe ler. O índice de analfabetismo é maior entre as pessoas idosas, as quais não tiveram a oportunidade de estudar em instituições formais, embora sejam considerados pela cultura quilombola e ancestral, a grande fonte de conhecimento da comunidade, que por conta da oralidade, perpetuam as histórias e causos dos seus povos.

Atualmente três jovens estudantes e moradores da comunidade quilombola de Lagoa Torta dos Pretos que concluíram o ensino médio no sistema municipal de educação de Anagé e foram aprovados em universidades públicas de Vitória da Conquista, tendo ingressado no ensino superior por meio das Políticas de Ações Afirmativas, ou seja, Lei de Cotas (Lei nº 12.711 de 2012) que prevê 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade das vagas é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita.

Sendo uma comunidade quilombola que nos remete ao passado, tem suas raízes de resistência ligadas também às matrizes religiosas africanas, que ainda hoje, existem nessa comunidade, cultuando e preservando a religiosidade por meio da oralidade, as pessoas praticam as rezas, e são chamadas pelos moradores de benzedores ou benzedoiras. E ainda, segundo o depoimento do Sr. João, um dos moradores mais antigos da comunidade, em

entrevista concedida à antropóloga responsável pelo diagnóstico da região como quilombola, afirma que havia ali um Terreiro de Candomblé, muito procurado, no qual o Senhor Isidoro “batia tambor e as pessoas faziam trabalho” para cura de doenças. Também tinha o samba de roda na casa de Alzira, onde rezavam e faziam a roda de samba, que durava a noite inteira. Quando as pessoas participavam dos cultos religiosos sempre falavam de Preto Velho, Martim da Costa e Mãe Naná. Atualmente na região existem pessoas que professam diversas religiões, sendo a maioria católica.

Considerando as edificações, há no local, apenas um prédio escolar, um prédio da Associação de Moradores, uma capela e as outras construções são de casas residenciais. Estas casas eram de enchimento e materiais artesanais, sendo, ainda hoje, algumas preservadas com estas características.

Entendendo que uma construção arquitetônica que demonstra traços importantes da ancestralidade, a cerca de pedra, ainda existente, construída manualmente, cujas paredes resistentes nunca caíram, havendo chuva ou ventanias, ela continua intacta, a mesma há muitos anos. Tal estrutura chama a atenção de pesquisadores, curiosos, moradores de outras regiões pela beleza e história.

Sobre o acesso aos serviços públicos de saúde, o atendimento médico da comunidade é feito no posto médico do PSF - Programa Saúde da Família, vinculado ao Sistema Único de Saúde, a 6 km na comunidade do Irapuá, até onde os moradores se deslocam para as consultas médicas e demais procedimentos, alguns reclamam dos serviços, outros dizem estar satisfeitos, demonstrando o entendimento sobre os direitos como assistencialismo e não como dever do Estado.

Sobre o lazer e as atividades esportivas, os moradores de Lagoa Torta dos Pretos, dizem que o esporte praticado na região é o futebol de campo, e relatam o quanto gostam, sobretudo os meninos jovens, constituindo até um time, o qual denominaram Futebol Clube Lagoa Torta dos Pretos, possibilitando-os participarem de campeonatos nas regiões vizinhas, e na própria comunidade. A apreciação de matérias da antiguidade próprios de uma cultura ancestral, também consideram um lazer, pois tais peças, como, cadeira, pilão, livros, pote, cangaia de burro, pente de ferro e outros, lhes remetem aos tempos passados, e as histórias contadas a partir destes objetos, pelas pessoas mais idosas. Sobre os festejos, a festa mais citada pela maioria, certamente por influência da sede do município, é o São João, praticado pelos mais jovens.

Assim sendo, percebe-se nesta comunidade traços da ancestralidade que se misturam aos traços contemporâneos, nas várias formas de relacionamentos, nas várias formas de vida, mas que não perdem a sua força e resistem, apesar das tendências da mídia de homogeneizar todos os povos tradicionais. A comunidade Lagoa Torta dos Pretos ainda apresenta vestígios de

nossa ancestralidade negra, perceptíveis até mesmo nas feições das pessoas e na coragem e destemor da luta com que conduzem suas vidas. Sobre a conceituação de quilombos, Arruti (2017) afirma que:

A primeira definição de quilombos, no Brasil, dá-se no corpo das legislações colonial e imperial, sob uma forma calculadamente vaga e ampla, que permitia que uma mesma norma de caráter repressivo abarcasse o maior número de situações de interesse. Na Colônia, bastava que cinco escravos fugidos se reunissem, ocupassem ranchos permanentes e possuísem um pilão para caracterizar a formação de um quilombo. No Império, porém, esses critérios ficaram ainda mais largos, de forma que a reunião de três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes, poderia ser considerado um quilombo. O arco de situações concretas que tal definição cobria está apenas começando a ser revelado por uma historiografia recente (que nos remete ao início da década de 1990) e de grande capacidade de renovação dos paradigmas anteriores. (p. 3)

Entende-se, a partir daí, que a história das comunidades quilombolas no Brasil é marcada pela ânsia da liberdade, uma vez que surgem em um cenário de violência e opressão ao povo descendente de africanos escravizados em período colonial no país, que perdurou entre os séculos XVI a XIX. Desde então, a resistência e lutas ganham dimensão territorial à medida que a terra e a luta política de uma população que se reafirma diante de vários contextos no processo dinâmico da história do povo brasileiro, se torna prioridade, sobretudo, nas múltiplas escalas temporais e espaciais.

A manutenção dessa estrutura por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificados, mostra como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se em vários aspectos. Devemos ressaltar que foram as regiões geográficas do Brasil de interesse europeu que detiveram os maiores fluxos de negros escravizados. (ANJOS, 2005, p. 29).

Os aspectos geográficos também foram determinantes para a produção destes espaços, uma vez que os escravizados, tomados pela intenção de constante liberdade e do pertencimento, se refugiavam em locais de difícil acesso onde foram constituindo suas comunidades reproduzindo a vida aos moldes de suas origens africanas. Sobre esta espacialização, Anjos (2004), aponta que,

A situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que, compromete uma política definida para o equacionamento do seu problema estrutural, ou seja, o reconhecimento dentro do sistema brasileiro e titulação das áreas ocupadas. Essa problemática tem componentes mais políticos e sociais, do que antropológicos. Poderíamos complementar um pouco mais essa constatação apontando a falta de informação sistematizada e de visibilidade espacial, assim como as disputas e os conflitos institucionais por espaço para conduzir o processo de legalização das suas terras, como fatores que dificultam a resolução do problema. (p. 4).

Os quilombos se espalharam por todo o território brasileiro e, a base de muitos conflitos, foram resistindo e se constituindo enquanto fenômeno geográfico. Diante deste fenômeno, observa-se a distribuição das comunidades identificadas por município em 2010 na Bahia, segundo dados do INCRA, Fundação Cultural Palmares, CPT – Comissão Pastoral da Terra e Projeto Geografar (2010), órgãos diretamente responsáveis por estes levantamentos e informações.

Os mapas apresentam as localizações das comunidades quilombolas na Bahia em 2010, segundo o trabalho feito pelo Projeto Geografar, um Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural”, vinculada UFBA - Universidade Federal da Bahia. Porém, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, onde quer que o trabalho escravo tenha existido, surgiu o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando e desgastando, em diversos níveis, as forças produtivas escravistas (...). (MOURA, 1987, p. 15).

É importante ressaltar que o período histórico que se discute é marcado pela luta de classes e o objeto de disputa é a terra, para muitos como significado de poder, para outros de vida, de ancestralidade, de manutenção de um modo de vida. Tal como destaca Lisboa (2007), esse período também é marcado pelas relações capitalistas em âmbito mundial, com os interesses da reprodução e acumulação do capital se estendendo até a atualidade.

A partir da segunda metade do século XIX uma considerável parte da intelectualidade brasileira, inclusive setores da classe dominante, aliaram-se na luta pelo fim da escravatura no país e a justificativa se assentava na compreensão de que o regime escravocrata estava produzindo limitações ao desenvolvimento da economia do país, exemplificando com o caso da cafeicultura que necessitava cada vez mais de um volume maior de mão-de-obra, que havia sido limitada com a proibição do tráfico em 1850 (LISBOA, 2007).

Ainda de acordo com esta autoria, o século XIX, a partir da década de 70, a política de branqueamento se estabeleceu no Brasil, numa estratégia de explicitar a ideologia da superioridade de uma raça (branca) sobre outra (negros e indígenas). No período pós abolição consolidou-se no país o falacioso Mito da Democracia Racial, a ideia da “convivência harmoniosa” entre as pessoas (brancas, negras e indígenas) e unificação da nação. Essa era a ideia que deveria ser disseminada sobre o país para as outras nações, ideia projetada mundialmente, porém a intenção seria a higienização social, ou seja, criou-se a expectativa de um Brasil branco, pois o negro era sinônimo de atraso, de retrocesso, e o homem branco, sujeito protagonista do patriarcado, era visto como o mais capacitado.

Lisboa (2007), “vai se consolidando no Brasil uma redefinição da identidade nacional” pautada na crítica a uma sociedade estruturada em torno de relações sociais escravocratas e na valorização do nacional pelo sentimento de pertencimento do Brasil ao conjunto das nações progressistas. O discurso da potencialidade do Brasil, neste período, aponta para a construção de Estado forte como caminho para o desenvolvimento, porém, é inegável que estas formas de desenvolvimento estão pautadas na estrutura racista que moldaram as relações sociais na história do país, o racismo estrutural e estruturante, (ALMEIDA, 2019).

Assim, o cenário de constituição das Comunidades Quilombolas é, então, fundamentado na segregação destes povos, que secularmente existem no campo brasileiro, resistindo enquanto territórios camponeses, basilados pelos princípios da terra, do trabalho e da família, enfim, pelos princípios da vida e da produção desta. A luta pela vida digna e de direito, embasam os conflitos e o embate ideológico das classes antagônicas. Martins (2004), afirma,

O fim da legalidade da escravidão no Brasil não foi fundamentalmente resultado de uma luta dos escravos e sim de uma luta das classes dominantes, sobretudo dos chamados liberais exaltados, para que os grandes proprietários de terra fossem, eles sim, libertados do ônus econômico e das irracionalidades econômicas do cativo. (p. 94)

De acordo com o autor citado, as questões sobre a propriedade da terra no Brasil deixaram marcas e historicamente os conflitos entre as classes trabalhadoras e a hegemonia capitalista, tem violentado famílias inteiras neste cenário de exploração em prol do capital concentrado nas mãos de uma minoria, com a exclusão das pessoas no acesso aos direitos básicos para a sobrevivência, como a terra, alimentação e moradia, entre outros. Portanto, não é possível deixar de lado a mediação que relações entre a cidade e o campo exercem no processo histórico do nosso país.

1.2 Políticas públicas e Reconhecimento

Neste subcapítulo, trazemos abordagens sobre as políticas públicas e o processo de reconhecimento da Comunidade de Lagoa Torta dos Pretos, enquanto território quilombola, de acordo com os resultados da pesquisa.

O processo de identificação e titulação dos territórios quilombolas se dá de acordo com a legislação federal e estadual vigentes. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, seguindo os procedimentos estabelecidos no Decreto Federal n. 4887, de 2008, e na Instrução Normativa n. 57, de 2009, é o principal responsável por este processo, como já exposto no Capítulo I deste trabalho. É válido ressaltar que as ações do INCRA são questionadas pelos movimentos sociais, e representantes quilombolas, em alguns momentos

da história devido a burocratização do processo de titulação caracterizado pela lentidão e onerosidade.

No estado da Bahia, especificamente, os procedimentos necessários para o reconhecimento e titulação das terras quilombolas seguem os pressupostos no Decreto nº 11.850, de 23 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual para Comunidades Quilombolas e dispõe sobre a identificação, a delimitação e a titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades, como o exposto no artigo 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1989.

É sabido sobre as comunidades quilombolas, que estas possuem especificidades regionais, embora compartilhem semelhanças, tais como afro-descendência. São evidentes os conflitos pela posse das terras de quilombos e a morosidade no processo de titulação coletiva dessas terras, enquanto propriedade das famílias que vivem e se reproduzem há séculos sobre ele.

Uma informação importante, para qual devemos atentar quando desejamos correlacionar a quantidade de territórios quilombolas titulados com a quantidade de comunidades beneficiadas, é que a soma de uma não corresponde, necessariamente, à do outro, ou seja, a titulação de um território pode beneficiar mais de uma comunidade. É por essa razão que a correlação entre a quantidade de comunidades beneficiadas com a quantidade de territórios titulados nunca será a mesma: sempre encontraremos mais comunidades beneficiadas do que territórios titulados. (CONCEIÇÃO, 2016, p. 13)

As três comunidades remanescentes de quilombo localizadas no município de Anagé/BA, a saber Água Doce, Lagoa Torta dos Pretos e Mandacaru perpetuam a ânsia pela territorialidade reproduzida no cotidiano de enfrentamentos, como as demais comunidades, e ambas apresentam uma história da resistência e reprodução da vida que fundamenta estas territorialidades e identidade com o lugar.

A comunidade quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, campo desta pesquisa, apresenta territorialidades singulares, resultantes da história de vida que se concretiza no contexto marcado pela expropriação e luta pela terra. Optou-se pelo estudo sobre essa comunidade devido a minha atuação como pesquisadora e como docente de Geografia, além de desenvolver trabalho pedagógico com discentes quilombolas atendidos pelo sistema de ensino do município de Anagé, ou seja, por conta de uma maior aproximação com os moradores.

Entre os quilombolas do município de Anagé, a Comunidade de Mandacaru foi a primeira a conseguir o Certificado de Remanescente de Quilombo (28/07/2006) junto à Fundação Cultural Palmares (o processo de titulação das terras transcorre todo no INCRA), enquanto que Lagoa Torta dos Pretos e Água Doce foram certificadas em 21/05/2014. Cabe

destacar ainda que a Comunidade de Mandacaru já possui processo aberto para titulação de suas terras junto ao INCRA, enquanto que as Comunidades Lagoa Torta dos Pretos e Água Doce não possuem.

A morosidade em relação à titulação das terras quilombolas brasileiras é a expressão da falta de interesse do Estado sobre a questão. De acordo com o artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, a antropóloga Ilka Boaventura Leite (1999, p. 141), expõe:

Apesar de sua força simbólica e da oportunidade lançada em 88 pelo recurso constitucional, o projeto de cidadania dos negros encontra-se hoje fortemente ameaçado. Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias. No início dos anos 90 percebia-se já: o seu campo de ação, as consequências mesmas do artigo proposto e aprovado pela Constituição não seriam suficientes nem sequer estavam sendo avaliadas pelos setores conservadores que nele votaram. Acreditavam tratar-se de alguns pequenos casos isolados, bons para produzir a visibilidade aos atos de governo e para colocar uma pedra definitiva em cima do assunto. (p. 141)

Analisando os documentos sobre as etapas para a regularização dos territórios de quilombos, e conhecendo a realidade destes povos, chegamos a conclusão de que é quase impossível atender às exigências do Estado, aqui representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por se tratar de pessoas com baixa escolaridade e pouco conhecimento dos seus direitos em relação aos processos jurídicos necessários para a titulação. Também chama a atenção o fato de não ficar nítido o interesse do Estado em formar e informar estas pessoas sobre tais processos, notoriamente, entende-se que é tudo pensado para dificultar realmente as condições de regularização e a condição de protagonistas desses sujeitos.

Numa entrevista a uma rede televisiva, o então diretor de Povos e Comunidades Tradicionais do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, falou sobre o 1º Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola, realizado em março de 2012, uma iniciativa do Estado, desenvolvida por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, objetivando o fortalecimento e o aperfeiçoamento da Assistência Técnica e Extensão Rural, e se consolidando como um ponto de partida para as Conferências Municipais, Territoriais, Estaduais e Federal. Essas ações são o resultado das reivindicações e mobilizações sociais de grupos como quilombolas, indígenas, extrativistas, comunidades de pasto, entre outros.

A história de resistência às condições escravistas define a situação das comunidades quilombolas no Brasil contemporâneo, a luta não se dá apenas pelo direito ao território, perpassa ainda pela questão étnica e racial, pela racialização, justamente por se tratar de um povo que

teve, historicamente, sua ancestralidade africana negada, tudo isso num cenário de embates ideológicos em que a cor da pele, agregada ao histórico de submissão, são divisores de água nas relações conflituosas de poder. Portanto, as abordagens perpassam também pelo entendimento de um território construído historicamente por relações que se embasam nas lutas travadas pela sobrevivência de diferentes grupos étnicos.

A população quilombola no Brasil, que conta com o modo de vida e de produção, na condição de subordinação, têm negado, no decorrer da história, o seu direito de se constituir enquanto território quilombola, diante das ações de controle do Estado, como a pretendida higienização social, um projeto de governo para “limpar” a sociedade brasileira. A Lei de Terras (1850), na dinamização da economia agrícola brasileira, cumpriu, por um lado, o papel de legalizar as terras de latifundiários brancos (sesmeiros e posseiros), com recursos públicos e, por outro, dificultar o acesso de estrangeiros e negros(as) “libertos e libertas” a condição de pequeno e médio proprietário, como preconizou a legislação,

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso. Assim para empresas particulares, como para o estabelecimento e colônias de nacionais e estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850)

Portanto, restando poucas possibilidades de reprodução da vida, em condições de marginalização, subordinação e precarização do trabalho, a população negra resistiu. Viver, então, significa lutar contra uma organização racista, discriminatória e opressora.

Com a Constituição Federal de 1988, os quilombolas, juridicamente se tornaram sujeitos de direitos e detentores de uma promessa de garantia de uso e propriedade dos territórios, segundo os pressupostos do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como citado anteriormente.

A vida em comunidade, a identidade cultural, a memória do grupo social, enfim, toda historicidade materializada devem ser levadas em conta diante do processo de reconhecimento e identificação desses territórios.

Entende-se, portanto, que nítido deve ser o entendimento sobre a conflituosidade territorial, um denominador comum, que liga a questão racial à questão agrária, e que se estabelece como ponto crucial no processo identitário das comunidades em questão.

A classe dominante brasileira, ainda não compreende, nem aceita a condição de existência das comunidades quilombolas, apesar de toda luta histórica que tem resultado na elaboração de uma legislação favorável, mas que efetivamente não se incorpora à realidade,

pois não é de interesse da classe que domina e oprime, a partir de um projeto excludente da expansão do capital, que nega o direito ao território quilombola e mantém o racismo e a submissão ao capital a partir da precarização do trabalho destas comunidades (SOUZA, 2009).

A apropriação do capital do trabalho é característica que fundamenta a existência do capitalismo. De acordo com as abordagens de Marx, o capital é o próprio trabalho acumulado a partir do prolongamento de horas trabalhadas, a partir da exploração do sobre trabalho que garante a expansão capitalista (SOUZA, 2009).

Neste contexto, os quilombolas, no processo da mobilidade do trabalho, numa busca pela condição da vida, são obrigados a venderem sua força de trabalho, em subempregos nas cidades, se deslocando de suas comunidades e se afastando temporariamente de suas famílias, uma vez que não encontram formas de sobrevivência apenas com a comercialização da produção da agricultura familiar, pois existem outras necessidades além do alimento e do que este pode garantir, como se pode observar no percorrer da pesquisa.

As pessoas, então possuidoras de sua força de trabalho, as quais deveriam garantir suas necessidades, tem o seu trabalho com características do valor de uso, apropriado pelo capital. No modo de produção capitalista, ele vende sua força de trabalho, garantindo a reprodução do capital, de acordo com Souza,

A condição existencial do capital é a negação do trabalho livre, da liberdade produtiva dos homens. Ele precisa encontrar no mercado a mercadoria força de trabalho para ser vendida, para ser controlada e apropriada no seu processo de valorização. O trabalho enquanto agente principal da produção precisa ser livre apenas para o capital; o trabalhador precisa estar desprovido de qualquer possibilidade de realização da sua força de trabalho. (SOUZA, 2011, p. 174)

As famílias agricultoras e quilombolas, compartilhando com o pensamento de Souza (2011), nessa dinâmica da apropriação do trabalho pelo capital, tem seus direitos negados, sobretudo o direito de trabalho livre em função da vida e do bem de maior relevância para a sua existência, a terra. Sem a posse da terra e com o trabalho apropriado, ainda estão numa condição de escravos.

Diante da articulação dos fenômenos em discurso, ou seja, quilombos e a questão agrária, a pretensão é buscar a apreensão da realidade da forma em que se materializa em sua complexidade e contradição, porém em sua compreensão científica, sob a ótica da ciência geográfica.

Ao se analisar comunidades camponesas no Sudoeste da Bahia, tem-se a clareza que não se tratam de realidades que se explicam por si mesmas, mas que fazem parte, nas suas especificidades, de uma totalidade social, que só podem ser explicadas a partir das contradições centrais do modo de produção capitalista e das suas estratégias de desenvolvimento no campo brasileiro, com

base na apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho humana. (SOUZA, 2009, p. 09)

Partindo da análise dos conflitos no campo pode-se comprovar a realsituação agrária no país, que segundo registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2010) chegou a 638 conflitos em 2010, assim distribuídos: 235 se deu com posseiros; 185 com trabalhadores rurais sem terra e 65 foram com trabalhadores rurais assentados. Estes conflitos, em suas mais variadas formas de expressão, resultam da perversa e injusta concentração de terras no Brasil, comparando com dados atuais, alguns conflitos envolveram 164.782 famílias – 17.706 ameaçadas de despejo. Assim, segundo os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT, 2020), foram registrados 35 assassinatos no ano passado, 2021, 95% a mais do que em 2020. Sobre estas relações conflituosas, Germani sinaliza que:

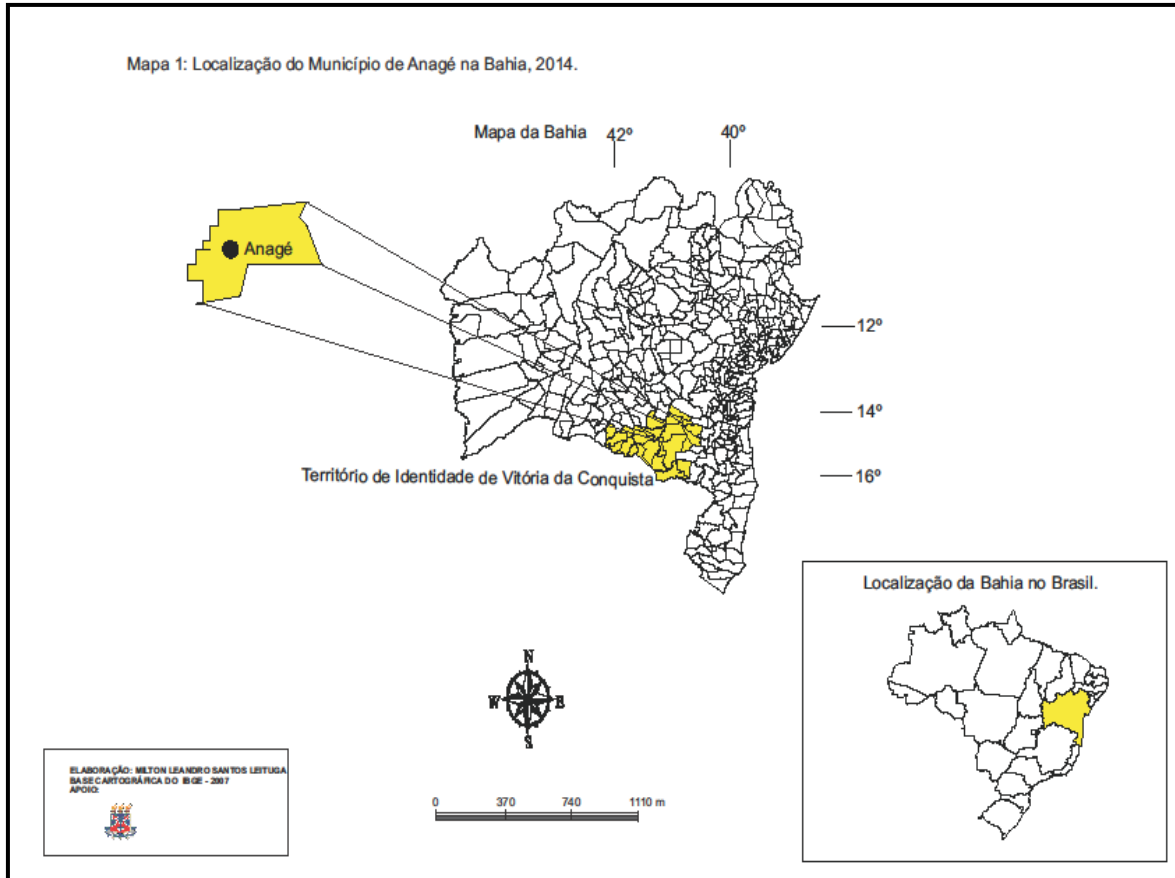
A estrutura da propriedade da terra representa a concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na sociedade. A continuidade da alta concentração da estrutura agrária revela, também, as contradições e a ‘ordem’ existente e está na base das tensões e conflitos que historicamente marcam o campo brasileiro (GERMANI, 2010, p. 349).

A partir da análise dessas informações que remetem à uma triste realidade, busca-se entender o processo histórico de luta pela terra para a reprodução da vida, assim como a resistência das comunidades quilombolas, entre outras, em suas inúmeras denominações, sendo esta conflituosidade uma das determinações das questões agrárias.

Diante do exposto, tenta-se compreender o campo e sua condição de existência, assim como suas várias maneiras de reprodução e manifestação, num cenário de produção capitalista, sistema este, combinado e contraditório. A história de resistência no campo se baseia na produção da agricultura familiar e tem a terra como bem básico e elemento salutar para a existência da vida, a vida camponesa, que ainda neste contexto, veem o produto do seu trabalho apropriado pelo capital, na condição de subordinação perversa e fundamental para a existência deste capital e das condições agrárias contemporâneas.

O território quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, discutido aqui e como já citado, faz parte do município de Anagé, localizado no Sudoeste baiano, há 53 quilômetros de Vitória da Conquista. Como apresentado a seguir:

Figura 6: Localização do Município de Anagé-BA.



Fonte: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Nota-se então, que, indubitavelmente, a postura que garante os interesses das classes dominantes e do Estado, no que diz respeito à expropriação de africanos e afrodescendentes sobre seus direitos e meios de produção, enquanto humanos, desde o período colonial, perdura historicamente, construindo espaços sociais notoriamente voltados para a valorização da cultura eurocêntrica. A exemplo do Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854 (que proibia escolas públicas do país admitissem escravos e estabelecia que a previsão de instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de instrutores e/ou professores), o Decreto nº 7.031-A (de 6 de setembro de 1878, apesar de permitir que os negros e negras estudassem apenas no período noturno) representa as diferentes estratégias que foram desenvolvidas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população às escolas, expressando o negacionismo histórico aos direitos destas populações.

A expropriação é mantida em âmbitos sociais, alcançando, dentre outros, os setores educacionais em que se percebe propostas pedagógicas ineficientes às especificidades de uma nação pluricultural, que atendam os reais interesses da classe trabalhadora, como podemos observar no caminhar pela Educação, sobretudo no município de Anagé-Ba.

Com base na incansável pressão popular, a partir da CF de 1988, o Estado tenta difundir o discurso democrático com ênfase na “cidadania” e na “dignidade”, porém as marcas da postura racista, preconceituosa e discriminatória, herdadas do processo de colonização, refletem as impossibilidades da permanência dos afrodescendentes nas instituições de ensino.

Conclui-se, então, que os movimentos sociais, sobretudo o Movimento Negro, desempenham papel fundamental no sentido de minimizar os conflitos entre sociedade civil e Estado, uma vez que lutam a favor da inserção de políticas voltadas à igualdade social. Como exemplo dessa realidade pode-se considerar o Movimento Negro Unificado do Brasil, que por meio da militância busca defender os interesses da população negra e contestar a manutenção do mito da democracia racial como forma de confundir o povo afrodescendente, a sua situação de marginalizado, discriminado e ainda excluído das instituições oficiais, assim como da participação das decisões de poder, mesmo constituindo a maioria da população brasileira. Um dos marcos no panorama das suas reivindicações é o direito à educação formal, preconizando as particularidades do povo africano como um dos povos formadores da miscigenada população brasileira, visando trazer para o cotidiano escolar a cultura africana e afro-descendente, notória em todos os espaços, porém negada por conta dessa educação precária, gerada por um histórico social de negação aos direitos humanos, que desconsidera, ainda hoje, mesmo com toda discussão sobre igualdade, a necessidade de um projeto de educação igualitária.

CAPÍTULO II

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Apresentaremos, neste capítulo, como se deu o processo da pesquisa que teve como lócus, a Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, uma escola do campo, localizada no município de Anagé, no Território de Identidade de Vitória da Conquista, na Bahia, construída no Povoado do Irapuá, como já descrita. Trata-se de um processo de observações e estudos pautados na pesquisa qualitativa.

Importante ressaltar que foram analisados os currículos e as relações que se estabelecem a partir das práticas de ensino nesta comunidade, assim como, os documentos que normatizam o Sistema Municipal de Educação, sobretudo a modalidade da Educação Básica, a EEQ – Educação Escolar Quilombola. A partir de visitas, conversas, entrevistas e participação tanto nas atividades escolares como na Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, pudemos conhecer parte das histórias destes sujeitos da pesquisa. A escola municipal atende alunos e alunas desta Comunidade, embora não esteja, geograficamente, localizada no referido território quilombola. A pesquisa se constituiu em uma abordagem qualitativa exploratória e os sujeitos da pesquisa foram os alunos e alunas quilombolas dessa escola, os representantes da comunidade escolar em questão e os profissionais da Educação Escolar Quilombola que, por questões éticas de pesquisa, terão seus nomes preservados.

Foram realizados grupos focais, para a coleta de dados, com 27 alunos (as) quilombolas, entrevistas com 09 professores (as), Direção Escolar e Coordenação Pedagógica, análise do Projeto Político Pedagógico, ainda em construção como relatado inicialmente, analisou-se também o Documento Curricular Referencial de Anagé-Ba.

O grupo focal foi organizado por turmas, compreendendo que essa técnica de pesquisa não pode ser caracterizada como uma “[...] entrevista coletiva, mas, sim, como uma proposta de troca efetiva entre os participantes” (GATT, 2005, p. 29). Assim pode-se coletar maior número de informações em um curto espaço de tempo, e os alunos e alunas se agrupavam espontaneamente, mas trazendo em seus relatos as vivências acerca do que tratamos, e ainda se sentirem confortáveis para este momento de trocas.

Entendo, como pesquisadora, que escrever sobre os resultados da pesquisa nos exige fidelidade e rigor científico no processo metodológico. A pesquisa qualitativa ou naturalística:

Envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contexto direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as

várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso. Ambos vem ganhando crescente aceitação na área de educação devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola. (BOGDAN e BIKLEN, 1982, p. 13).

Já para Flick (2009) as características comuns em relação à forma como a pesquisa qualitativa é feita, são as seguintes:

- a) Quando o interesse dos pesquisadores está no acesso a experiências, interrelações e documentos em contexto natural;
- b) As hipóteses e contextos serão desenvolvidos e refinados no processo de pesquisa;
- c) Quando o método e a teoria devem estar adequados aquilo que se estuda;
- d) Quando os pesquisadores, em si, são uma parte importante do processo de pesquisa;
- e) A pesquisa qualitativa leva a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo;
- f) Uma parte importante da pesquisa qualitativa está baseada em texto e na escrita, desde notas de campo e transcrições até descrições e interpretações, e, finalmente, à interpretação dos resultados e da pesquisa como um todo;
- g) Mesmo que os métodos tenham que ser adequados ao que está em estudo, as abordagens de definição e avaliação da qualidade da pesquisa. (FLICK, 2009, p.8).

Neste sentido, justificam-se as razões pelas quais consideramos a pesquisa qualitativa como a melhor metodologia para este trabalho. Por se tratar de uma pesquisa no âmbito educacional, especificamente relacionada às questões que embasam a Educação Escolar Quilombola, analisada empiricamente na instituição de ensino público, Adeídes Soares dos Santos, localizada no campo do município de Anagé, Território de Identidade de Vitória da Conquista, Sudoeste da Bahia. Na pesquisa qualitativa, que foi realizada, com seres humanos, sujeitos participantes já citados, utilizaremos de recursos, tais como, textos, falas de entrevistados, imagens e áudios, para, por meio destes, entendermos o fenômeno em sua profundidade. Sendo assim, caracterizando esta metodologia, ou seja, a pesquisa qualitativa, aqui fazemos referência à pesquisa exploratória, pois de acordo com Gil (2008, p. 41),

Nestas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento e, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, estas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos

que “estimulem a compreensão”. (SELLTIZ, 1967, p. 63 apud GIL, 2008, p. 41).

Como professora atuante no Sistema Municipal de Ensino de Anagé/Ba desde 2006, há 16 anos neste percurso, sobretudo nesta modalidade da Educação Básica, denominada Educação Escolar Quilombola, penso que urge a necessidade da aprimorar o conhecimento sobre esta modalidade, ainda muito pouco e recentemente debatida e explorada. Então, fica entendida a pesquisa exploratória como a mais adequada para o desenvolvimento deste trabalho em curso, e de acordo aos preceitos desta metodologia, entrevistamos algumas pessoas que passaram pelas experiências e vivências a partir dos problemas expostos aqui, os quais impulsionaram este trabalho, pra tanto coletaremos dados para consubstancializar os resultados desta pesquisa. Quanto aos objetivos da pesquisa qualitativa, Richardson (1999), sinaliza que,

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno. (RICHARDSON, 1999. p. 102).

Sabendo que a importância desta pesquisa se concretiza a partir da fiel interpretação dos dados coletados, a partir das atuações em campo e participação dos sujeitos participantes, recorreremos às ideias de Bardin (2004), por meio das leituras que, indubitavelmente, potencializam o entendimento sobre a análise de conteúdos e suas etapas.

A análise de conteúdo apresenta as seguintes etapas no seu processamento:

- 1) Pré-análise: nesta etapa, o pesquisador vai realizar a "escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final";
- 2) Descrição analítica: o material é submetido a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e pelo referencial teórico. Procedimentos como a codificação, a categorização e a classificação são básicos nesta fase. Buscam-se sínteses coincidentes e divergentes de ideias;
- 3) Interpretação referencial: a reflexão, a intuição com embasamento nos materiais empíricos estabelecem relações, aprofundando as conexões das ideias. Nessa fase, o pesquisador aprofunda sua análise e chega a resultados mais concretos da pesquisa. (BARDIN, 2004, p. 89).

Diante da importância da análise documental, nos reportamos às normativas relacionadas à Educação, e em específico à legislação que rege o Sistema Municipal de Ensino de Anagé-Ba, para embasar o entendimento sobre a modalidade Educação Escolar Quilombola, assim como toda a proposta de investigação por meio deste trabalho. Sendo assim, o PNE – Plano Nacional de Educação; BNCC – Base Nacional Comum Curricular; PEE – Plano

Estadual de Educação; DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia; PME – Plano Municipal de Educação; DCRA – Documento Curricular Referencial de Anagé/BA. Ainda sobre a análise documental os autores Ludke e André (1992), ressaltam que,

Embora pouco explorada, não só na área da educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (p. 38)

Nesta perspectiva de complementação às técnicas entendidas como adequadas, como a observação, a entrevista e a análise documental, junto aos sujeitos participantes da pesquisa, e entendendo a valiosa importância da análise documental, como sinaliza os autores, selecionamos os documentos citados para a abordagem neste processo.

Sobre as coletas de dados, serão usadas as técnicas de entrevistas, aplicação de questionários e observação participante, entendendo tais técnicas como as mais adequadas para a proposta em discurso, pois, nos aportando às teorias, especificamente à contribuições de Ludke e André (*idem*),

Tanto quanto a entrevista, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associadas as outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar a experiência direta é sem dúvidas o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. “Ver para crer, diz o ditado popular”. (p. 26)

O observador recorre aos conhecimentos e experiências e, como principal instrumento da investigação, utiliza destes para compreender o fenômeno pesquisado em seu processo de estudos, chegando mais perto dos sujeitos participantes da pesquisa, neste caso os sujeitos envolvidos na modalidade Educação Escolar Quilombola (da Educação Básica).

Nessa pesquisa nos debruçamos sobre as vivências da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, por meio de visitas às residências e encontros na associação de moradores e entre casos e conversações, buscando compreender como a educação formal impacta esta população e como os saberes, valores e legados produzidos na comunidade chegam até a Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos.

As reuniões pedagógicas também foram momentos de participação e observação, as quais possibilitaram o diálogo com toda a equipe escolar, no sentido do entendimento sobre as ações em prol de uma Educação para a igualdade democrática e participativa.

Também contribuimos no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, desejando que a política pública se afirme enquanto política de Estado e acrescente à legislação municipal e escolar as narrativas antirracista e de reconhecimento dos povos de quilombos. A última versão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, assim como, os Projetos das demais instituições escolares municipais, deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Educação até 30 de novembro de 2022, seguindo para a audiência pública.

As entrevistas e todos os procedimentos foram realizados com os sujeitos participantes, de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa, sendo esta pesquisa aprovada pelo Parecer Consubstanciado nº 5.480.989, em 21 de junho de 2022.

Figura 7: Equipe diretiva e coordenação pedagógica, organização do encontro PPP.



Arquivo: Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos / 2022.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS CURRICULARES: ENTRE O PNE, as DCNs, o PEE DA BAHIA, O PME E O DCRA E A NOVA BNCC À LUZ DA DIVERSIDADE CULTURAL

Os marcos legais da Educação Escolar Quilombola foram colocados como pauta na agenda do Governo Federal a partir do ano de 2003, embora as discussões sobre a Educação Escolar Quilombola – na perspectiva do debate acerca dos formatos dos currículos que geralmente não evidenciam os marcadores culturais específicos destas comunidades – já vem sendo feito, sobretudo pelo Movimento Negro Unificado, mais precisamente desde a década de 70. Citando a Professora Nilma Lino Gomes (2017), o Movimento Negro Educador, adentra as estruturas da educação para dizer como ensinar.

E aqui fazendo referência a outra importante autora deste processo em que se discute as políticas públicas e de currículos, Cavalleiro (2012) afirma a necessidade de se trabalhar desde a Educação Infantil as questões acerca da Educação para as Relações Étnico-Raciais, e isso ainda nas séries iniciais, ressignificando o processo de ensino e aprendizagem, desde então.

Ainda dialogando com Gomes (2017), urge o entendimento de que a Educação Escolar Quilombola se situa no âmbito das discussões sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais, obviamente não se discute estas, sem remeter àquelas. A Educação para as Relações Étnico-Raciais é reconhecida pelo parecer CNE/CP 3/2004 e pela Resolução CNE/CP 01/2004, porém, é relevante citar aqui, que o texto da Lei nº 10.639/03 não faz referências específicas às comunidades quilombolas.

De acordo com as autoras citada, para se entender a Educação Escolar Quilombola, é necessário a prática da escuta, ouvir estas pessoas e seus diferentes pontos de vista, pois, este processo contribui para definir o que se chama de Educação Escolar Quilombola.

Urge o debate entre os gestores públicos e instituições de ensino sobre o fazer pedagógico, e em relação às necessidades concernentes a essa modalidade da Educação Básica, e, em parceria com os movimentos quilombolas, implementar políticas públicas que atendam aspectos como, formação de professores, financiamentos, merenda escolar, estruturas físicas dos espaços escolares, o processo didático-pedagógico, condições de trabalho dos profissionais da educação, entre outras necessidades, já garantidos por leis. Sendo assim, entende-se como importante a atuação dos Conselhos: Nacional, Estaduais e Municipais para o exercício da democracia no processo de efetivação da legislação vigente, e garantia do acesso de todos os sujeitos de direitos.

Ancorada nas leituras e pesquisa, é importante, neste contexto, ressaltar que a primeira Conselheira negra, atuante no Conselho Nacional de Educação, foi a professora Petronilha

Beatriz Gonçalves e Silva da UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, a qual fortalece a luta, sendo a relatora da Lei nº 10.639/03, outro grande avanço do Movimento Negro Unificado em 2001. E em 2003, como mais uma vitória dos movimentos sociais, sobretudo o Movimento Negro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e alterada em seu artigo 26A, determinando a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições de ensino no Brasil. Um momento histórico, pois não se pode desvincular a Educação do contexto político, e estes avanços ganham espaço e adentram as estruturas historicamente engessadas da educação brasileira. Contudo, se faz importante enfatizar, a partir das leituras proporcionadas pela pesquisa, que a lei não faz menção à Educação Escolar Quilombola e que, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica aparecem especificamente seis vezes a palavra “quilombo”, mas, reafirmando, discutir as relações Étnico-Raciais perpassa pelo entendimento sobre a produção da vida nestas Comunidades seculares e de uma grandeza histórica imensurável.

Um dos pontos também relevantes para o debate, diz respeito a criação de alguns órgãos públicos para o enfrentamento do racismo no Brasil, a exemplo da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, uma secretaria especial, criada em 2003, com o objetivo específico de atender a demanda da população negra o país, com a tarefa de realizar, dentro do governo, uma discussão voltada à promoção da igualdade racial.

A criação da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em 2004, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, também foi um avanço histórico, que logo em 2011 é alterada ao tratar ainda sobre a Inclusão, se tornando a SECADI,- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, potencializando assim a educação e o ensino no país, que historicamente tem essas bases deficitárias por conta do processo colonizador e eurocentrado de nossas raízes.

Em 2016, com o golpe parlamentar, a SECADI sofre as consequências do golpe, e 16 funcionários são demitidos, indicando assim a falta de interesse no progresso desta secretaria que em 2019 é extinta, ilustrando um grande retrocesso no cenário educacional brasileiro, assim se faz necessário e urgente o entendimento sobre este processo de negacionismos, para a compreensão das mazelas contemporâneas.

Outro ponto a ser evidenciado neste capítulo, é o Decreto 4887/2003, documento que ressignifica a concepção de Quilombos, que até então são tratados na Constituição Federal de 1988 como remanescentes, e este Decreto delimita e impõe o reconhecimento diante das demarcações e titulações e ainda prevê o autoreconhecimento destes sujeitos como quilombolas, levando em conta sua cultura, história, trajetória, contexto e relações no processo de sofrimento e exclusão causados pela escravização.

Contudo, a Educação Escolar Quilombola, defendida pelos movimentos sociais, num percurso marcante da história, só adquire maior visibilidade no cenário político em 2009, momento em que se acirram as discussões em torno da necessidade e uma educação diferenciada para as alunas e os alunos das Comunidades Quilombolas (Gomes, 2017).

Logo a pós a Conferência 2009, alguns destaques importantes no que diz respeito a eventos realizados, podem ser pontuados aqui, a exemplo dos Fóruns Estaduais de Educação Quilombola na Bahia, realizado na capital Salvador em 2009, quando a Coordenação da Diversidade Cultural, junto à Secretaria de Estadual de Educação, convida pesquisadores e movimentos sociais identificados a partir do mapeamento na Bahia, para apresentarem as suas pesquisas e propostas no I Fórum Estadual de Educação Quilombola, eventos que pude participar, como educadora atuante nas comunidades quilombolas, representando o município de Anagé-Ba, naquele momento.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, aprovadas em 05 de junho de 2012 pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica, sob o parecer CNE/CEB 16/2012 e homologados por meio da Resolução nº 08 de 20 de novembro e 2012, foi um divisor de águas e porque não da história da educação no Brasil. Estas Diretrizes passaram pelo processo de três audiências (no Estado do Maranhão, na Bahia e no Distrito Federal), contando com a presença e participação ativa de professores e comunidades quilombolas, tendo como uma das relatoras a Professora Nilma Lino Gomes da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, um documento indubitavelmente importante para referendar a Educação no Brasil.

Então, sobre a proposta de uma Educação Antirracista, como possibilidade de inclusão, Gomes (2017), a partir da sua experiência ativista, intelectual e científica, acumulada sobre as temáticas que relacionam às questões educacionais e as questões étnicas, raciais, com as questões da negritude, organiza sua obra, O Movimento Negro Educador, a partir de três indagações: O que a sociedade aprende com o Movimento Negro? Como este Movimento Social específico, reeduca o campo educacional? Quais são e como são difundidos os conhecimentos deste movimento social, o Movimento Negro? Nesse sentido Gomes argumenta,

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização com todas as tensões, os desafios e os limites –muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 18)

Na mesma linha de pensamento, o Professor Dr. Bernardo Caprara, em uma live realizada em maio de 2021, em seu canal no youtube, comenta que, o Movimento Negro é pensado como um agente educador que produz, sistematiza e articula saberes emancipatórios. Este Movimento é constituído por diferentes maneiras de organizar, politicamente, negros e negras na luta contra o racismo e pela superação do mesmo. O Movimento Negro ainda é entendido como um ator político que questiona e educa o estado, buscando articular os saberes sobre as questões raciais e sobre as questões relacionadas aos povos africanos em Diáspora, procurando também pressionar o Estado para que estes saberes sejam reconhecidos e respaldados pelas políticas públicas, e que possam, a partir deste reconhecimento, terem relevância no processo histórico de combate às desigualdades, assim como, no combate ao racismo.

O Movimento Negro questiona conhecimentos que são entendidos como absolutos e indiscutíveis, principalmente aqueles que detém, que são dotados e que carregam um caráter racista sobre a população negra. Estes questionamentos contribuem na luta por construir outras narrativas sobre a questão racial, buscando a libertação, emancipação e autonomia, assim como, potencializar a luta contra o racismo e pela educação antirracista, para isso é importante repensar a escola, repensar e descolonizar os currículos e as universidades, ampliando dessa forma, horizontes e diversificando os saberes e conhecimentos nos contextos de um país extremamente plural como o Brasil, sob a ótica intercultural.

O Movimento Negro, possui, ainda sobre a perspectiva da Professora Dr^a Nilma Lino Gomes (2017), uma série de potências emancipatórias que a mesma categoriza em três dimensões, sendo estas: Saberes Políticos; Saberes Identitários; Saberes Estéticos Corpóreos.

Assim, do ponto de vista dos saberes políticos, entende-se como saberes que evidenciam o racismo e reforça a luta por políticas públicas antirracistas; a dimensão dos saberes identitários pode ser entendida na perspectiva de se colocar a raça e a negritude como uma ideia positiva que vai afirmar e sustentar a identidade de negros e negras numa sociedade estruturada pelo racismo; a outra dimensão discutida por Gomes (2017), os saberes estéticos e corpóreos, reeducam o olhar sobre a população negra, reafirmando a pele e o cabelo, entre outras características físicas, ajudando a transgredir o racismo, no processo de emancipação da referida população.

Contudo, os saberes apresentados, em suas dimensões, constituem potências emancipatórias, como já citado, elencadas e descritas na obra, O Movimento Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação.

A perspectiva da autora nos remete ao entendimento de que o Movimento Negro pode desenvolver uma subjetividade desestabilizadora, que, certamente, contribui para o desvio do conformismo e aciona a subversão ao racismo.

Sem o Movimento Negro, indubitavelmente, não existiriam avanços em relação às políticas públicas de combate ao racismo, não existiriam avanços nas pesquisas e investigações científicas sobre negros e negras, afrodescendentes, tampouco abertura nas instituições de educacionais para o tema, como exemplo, as ações afirmativas que adentram as instituições de ensino para provocar o pensamento e estudar cientificamente estas questões étnicas e raciais, e sobretudo, colocam os corpos negros, finalmente, nas universidades, espaços de formação, possibilitando o protagonismo, ainda tímido, nas investigações e na busca pela autonomia, levando os saberes construídos nas lutas pela emancipação para o campo dos contextos das universidades e das ciências, dos currículos e das escolas.

Ainda, de acordo com Gomes (2017), esse movimento produz a Pedagogia da Diversidade, que representa uma teoria educacional que tem como desafio conhecer e destacar, sobretudo, o que nos une enquanto seres humanos e o que nos diferencia, condição que permite assim, a Pedagogia da Emancipação, a partir da mobilização dos Movimentos contra hegemônicos no cenário educacional.

É importante destacar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por uma africana, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira [...], História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminação que atingem o continente, nos tópicos pertinentes de fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - o papel dos anciões e dos griôs como guardiões da memória histórica ; - a história da ancestralidade e religiosidade africana (...) como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade. (BRASIL, 2009)

De acordo com os resultados da pesquisa, por meio das entrevistas realizadas com o secretário municipal de educação e a equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, o município de Anagé, logo que aprovada a BNCC (2017), vem desenvolvendo ações para cumprir a legislação e atender a Base. Assim, em 2019 a Secretaria Municipal de

Educação, por meio das Portarias Municipais nº 002³, 003⁴, 004⁵ e 005⁶ determinou que todas as unidades escolares readequassem seus planos de trabalho e planos de curso alinhados à BNCC, referenciando também o Documento Curricular Referencial da Bahia, documentos que balisaram a elaboração do Referencial Curricular Municipal (DCRA, 2019).

Contudo se faz necessário evidenciar que a legislação educacional brasileira não resolvem, como afirma Freitas (2014), o problema das brechas de aprendizagem, especialmente em relação às crianças mais pobres que são a grande inspiração dos reformadores empresariais da educação para introduzir as políticas de responsabilização. Reformadores que centralizam e manipulam as estratégias metodológicas e o processo pedagógico, para atender, sobretudo as demandas do mercado de trabalho, do capital, assim o direito de aprender se mantém limitado e direcionado à elite privilegiada historicamente pelas políticas neoliberais, e suas estratégias, a exemplo da base nacional Comum Curricular.

Na primeira onda neoliberal dos anos de 1990, foi suficiente a elaboração dos Parâmetros Nacionais Curriculares para orientar um sistema de avaliação nacional de larga escala e amostral. Nesta segunda onda, em curso, passa-se a defender uma base nacional comum, associada a uma revisão de matrizes de referências dos exames nacionais, com ênfase na definição das expectativas de aprendizagem por série que leve a uma melhor amarração entre os objetivos, a avaliação (agora censitária) e os conteúdos no momento seguinte. (FREITAS, 2014, p. 1092)

Diante das afirmações, percebemos o quanto o controle organiza a política educacional de acordo com os interesses do empresariado.

O fato de as escolas agirem sob a motivação externa sem que haja um movimento na própria cultura da escola que se aproprie de seus problemas, reflita, recrie e participe dos processos de melhoria, bloqueia e agrava as relações de ensino. A associação entre desempenho dos alunos e pagamentos dos professores, seja como salário variável, seja como bônus anual, por exemplo, turbina definitivamente esta rede de relações que se torna conflitiva e concorrencial. (FREITAS, 2014, p. 1097)

Ainda de acordo com o Documento Curricular Referencial de Anagé (2019), as reflexões e o debate sobre esta dimensão territorial, o quilombo e o currículo precisam propor

3 Portaria nº 002/2019 - Dispõe sobre as normas, procedimentos e cronograma para realização e matrícula na Educação Básica e Calendário da Rede Municipal de Anagé-Ba, para o Ano Letivo de 2019.

4 Portaria nº 003/2019 - Dispõe sobre a reorganização dos tempos pedagógicos, avaliação e implementação da Reserva Técnica dos Professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental da rede Pública Municipal de Anagé-Ba.

5 Portaria 004/2019 – Dispõe sobre Institui a Matriz Curricular das escolas da rede Pública Municipal de educação de Anagé-Ba, para o ano de 2019.

6 Portaria nº 005/2019 – institui os Tempos Pedagógicos e Matriz Curricular das turmas de Educação de Jovens e Adultos das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Educação de Anagé-Ba, para o ano de 2019.

percursos pedagógicos que tragam sentido e significados aos conteúdos, partindo das experiências de vida dos sujeitos atendidos por meio das políticas educacionais, mediando os conhecimentos prévios, o saber primeiro, o saber de experiência feito, como afirmava Paulo Freire, à ciência. Assim, além de mais atrativo, a construção das aprendizagens irão dialogar com o despertar da criticidade, por meio da educação cidadã, valorização da cultura e o resgate da memória desta comunidade, num processo de ensino e aprendizagem, muito mais significativo e prazeroso.

CAPÍTULO IV

O ENSINO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA TORTA DOS PRETOS

4.1 Currículo oficial e demandas internas da comunidade

Num território constituído historicamente por símbolos, histórias e memórias, cujas pessoas produzem a vida engajadas nos processos de resistência e luta pela permanência na terra (embora forças capitalistas lhes forcem a saída para centros urbanos), os currículos devem prezar pela valorização das essências da comunidade para a perpetuação da sua história. Nesse sentido, comenta uma professora da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos,

A escola deve propor um cenário onde o aluno se reconheça como um aliado em busca do conhecimento, pois com o aluno sentindo prazer no que faz, automaticamente ele será um defensor da unidade de ensino e junto aos professores criará propostas para o ensino e conteúdos mais prazerosos, devendo assim agregar valores, expondo ideias e debatendo, formando um só corpo escolar, um conjunto em prol do sucesso de todos. (PROFESSORA A, 2022)

Discutir o currículo oficial e as demandas da comunidade quilombola de Lagoa Torta dos Pretos perpassa pelo reconhecimento de uma narrativa histórica embasada nas lutas travadas incessantemente pela população negra afrodiáspórica (SILVÉRIO, 2018), que culminaram em diversos marcos legais, entendidos como vitórias pontuais, neste processo de resistência e reafirmação. Como marcas históricas, as ações afirmativas, ressaltamos aqui no campo conceitual,

[...] refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais que impeçam o acesso de certos grupos no mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (OLIVEN, 2007, p. 30).

No percurso histórico pode-se constatar inúmeras proposições de ações entendidas como afirmativas e reparadoras, provocadas pelo tensionamento dos movimentos que nunca se calaram mediante as opressões e negações, ainda destaca a autora,

No Brasil, o debate acerca de políticas públicas, de ações afirmativas ganhou destaque em 2001, a partir da participação do país na III Conferência Mundial de Combate ao racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, na qual o Brasil se posicionou a favor de políticas pública que favoreçam os grupos historicamente discriminados. (*Idem*, p. 157)

Neste capítulo, apresentaremos os resultados sobre a realidade do campo observado, sendo este o espaço onde se dá a educação formal, ou seja, a Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, sua proposta pedagógica e as relações estabelecidas a partir do currículo e a Educação Escolar Quilombola.

Diante do entendimento de que o Currículo Escolar deve ser elaborado com bases nas diversidades culturais e considerando a interculturalidade, como já exposto aqui, e ainda analisando o Documento Curricular Referencial de Anagé, o currículo do município, se faz importante a compreensão do que está estabelecido por lei sobre a atribuição dos currículos no que se refere à Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

Art.32 o currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos Projetos Político Pedagógicos. (BRASIL, 2012, p.34)

A aplicabilidade da Lei 10.639/03 não se garante com a promulgação, como se tem observado diante das práticas de ensino, nos chãos das salas de aula, entende-se que um dos grandes entraves é justamente a formação dos profissionais da educação e da equipe escolar como um todo, para o desenvolvimento da proposta pedagógica, baseada na reeducação para as relações étnico-raciais, assim, é de relevante importância, o conhecimento sobre o exposto nos documentos e legislação sobre a temática, a exemplo da Resolução 08/2012 que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica especificamente, evidenciando as marcas do Movimento Negro na história do país. O referido documento estabelece que:

§1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentando:

Da memória coletiva,

Das línguas reminiscentes;

Dos marcos civilizatórios;

Das práticas culturais;

Das tecnologias e formas de produção do trabalho;

Dos acervos e repertórios orais;

Dos festejos, usos, tradições e mais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país;

Da territorialidade;

II – compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância.

III – destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica.

Portanto, o exercício da democracia, por meio do ensino que atenda a diversidade da sala de aula e seus atores, deve estar de acordo com as demandas das especificidades educacionais e subjetividades de nossos alunos e alunas, cumprindo-se o estabelecido na legislação, entendida como produto das manifestações e reivindicações sociais, precisa ser validado efetivamente, e nessa perspectiva, diz Sodré (2002):

Uma cultura democrática implica o resgate de uma memória coletiva dentro da experiência histórica de democracia política. É preciso reinventar essa democracia dentro do quadro social da realidade brasileira, que é um quadro de heterogeneidade cultural, da diversidade cultural. Como é que esse saber do livro, do momento, da história do país se articula com um projeto de enraizamento do lugar onde estamos, do que somos, e de como somos e não como deveríamos ser? (p. 21)

Reforçando todo o trajeto histórico de negligências, se configura o mito da democracia racial, como tentativa de esconder as dores e todo o desenrolar desse processo de hierarquia racial que reflete sobre a hierarquização também estruturam social, dita e conduz as lutas de classe, de forma a estruturar a formação do povo brasileiro.

E na Educação não é diferente, os reflexos também estruturam os currículos eurocêntricos, engessando a negação da ancestralidade africana e indígena, evidenciando a cultura europeia dentro das experiências que levam a organização social. Propostas educacionais que não abraçam a diversidade, reproduzem o racismo, são mantidas em toda a história de existência da nação brasileira, como acentua Nilma Lino Gomes (2001),

As práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. (p. 86)

Assim entende-se que, as questões relacionadas ao currículo e suas estruturas, o aprimoramento do processo de reflexão sobre a construção de novos paradigmas educacionais,

os processos de aprendizagem e seus sujeitos, a construção do conhecimento, ocupam, nas últimas décadas do século XX e nos dias atuais, o centro das discussões entre pesquisadores, estudiosos e atuantes nos movimentos sociais, concretizando assim, produções vistas como resultado da luta das populações menos favorecidas. Nesse sentido, Gomes (2007) nos convida para a seguinte indagação:

Que indagações o trato pedagógico da diversidade traz para o currículo? Como a questão da diversidade tem sido pensada nos diferentes espaços sociais, principalmente, nos movimentos sociais? Como podemos lidar pedagogicamente com a diversidade? Esses e outros questionamentos estão colocados, hoje, pelos educadores e educadoras nas escolas e nos encontros da categoria docente. (GOMES, 2007, p. 17)

Como retrata a professora Nilma, e a partir destas reflexões, entende-se que o currículo precisa, urgentemente, atender à diversidade das nossas salas de aula, estampada na heterogeneidade dos alunos e alunas, recebidos no cotidiano escolar, sabendo que, a diversidade é muito mais do que um conjunto de diferenças (GOMES, 2007).

Figura 8: Alunos/as quilombolas.



Fonte: Registros da autora, 2010.

A educação é um ato permanente, já dizia Paulo Freire (1975), nesse sentido, a escola e a educação formalizada devem ser instrumento de efetivação desse ato e corresponde a um espaço, além de institucional, sociocultural, responsável pelo trato pedagógico da produção do conhecimento. No entanto, ainda referenciando Nilma Lino Gomes (2001),

As práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas depende do discurso e da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. (p.86)

Portanto, essa educação formal deve se consolidar enquanto objeto de valorização cultural, estendendo o conhecimento para além da sala de aula e adaptando-o às interculturalidades e a realidade material da comunidade onde se insere, comungando aqui, com o pensamento de Candau (2008):

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (p. 8)

Partindo do pressuposto que a comunicação educativa ocorre num espaço ou numa área de atuação social, numa comunidade quilombola (por exemplo), como observamos no campo da pesquisa, pode-se dizer que a cultura tem um embasamento geográfico e etnográfico, desde quando efetivada nestes territórios em que se reproduz a vida, antes mesmo da cultura, da diversidade e da interculturalidade portanto,

Vivemos num momento ímpar no capô do conhecimento. O debate sobre a diversidade epistemológica do mundo encontra maior espaço nas ciências humanas e sociais. É nesse contexto que a educação participa como um campo que articula de maneira tensa a teoria e a prática. Podemos dizer que, embora não seja uma relação linear, os avanços, as novas indagações e os limites da teoria educacional, tem repercussões na prática pedagógica, assim como os desafios colocados por essa mesma prática impactam a teoria, indagam conceitos e categorias, questionam interpretações clássicas sobre o fenômeno educativo que ocorre dentro e fora do espaço escolar. (GOMES, 2012, p. 99)

Gomes, chama a atenção para os avanços que se pode observar no cenário contemporâneo, sempre exaltando o protagonismo dos Movimento Sociais no contexto de lutas pela igualdade de direitos e a dimensão do debate sobre a diversidade epistemológica nas áreas das ciência, especificamente as humanas e as sociais.

Essa discussão baseada em educação e cultura, nos remete à reflexão sobre a educação como meio de resistência dos territórios quilombolas, os quais são considerados espaços de reprodução da vida e ambiente de preservação da historicidade do povo brasileiro, influenciados pela cultura africana e pelos sujeitos diaspóricos. Assim sendo, considera-se que a Educação Escolar Quilombola, institucionalizada, deve contribuir para a manutenção destas pessoas e suas memórias, uma vez que são celeiros interculturais e devem ter atendidas suas

especificidades nas práticas de ensino, embasadas pelas propostas pedagógicas, e a operacionalização das ações no cotidiano escolar devem ser assumidas por toda comunidade envolvida, garantindo assim o conhecimento dos direitos desta população, pois, como professores (as) e cidadãos (ãs) comuns, “não podemos mais nos silenciar diante do crime de racismo no cotidiano escolar, em especial se desejamos realmente ser considerados educadores e ser sujeitos de nossa própria história” (CAVALLEIRO, 2005, p. 11-12).

Portanto, entende-se que os quilombos podem ser considerados como o espaço da reprodução da vida, onde as relações tornam-se fundamentais para se pensar na manutenção dessas comunidades nos tempos e espaços vividos, assim como dos seus territórios e suas territorialidades, então urge uma reflexão sobre educação e as relações étnico-raciais praticadas nesses locais, considerando os alunos e as alunas pertencentes às referidas comunidades, tendo a escola como instrumento viável para a produção, reprodução e troca dos saberes, considerando todo o conhecimento já produzido, sobretudo pelas mobilizações provocadas pelo Movimento Negro na história. Partindo da nossa vivência, enquanto professora atuante nestes espaços por um período da minha carreira, percebe-se que o território quilombola, e todo o seu trajeto histórico, deve ser compreendido a partir dos instrumentos viabilizados pela educação, em todos os seus segmentos.

E falar de embate ideológico entre as classes antagônicas, neste caso quilombolas e Estado, induz a seguinte pontuação: “A ótica do planejamento estatal desrespeita a vida e, em geral, passa por cima dos direitos dos trabalhadores. Estes são os principais penalizados pelo discurso do ‘progresso’ e do ‘desenvolvimento’ objetivado pelo Estado”. (SOUZA, 2008, p. 111)

No território brasileiro, de acordo pesquisa realizada pelo CIGA - Centro de Geografia e Cartografia Aplicada (2010) da UnB - Universidade de Brasília, que teve como Coordenador o Geógrafo Rafael Sanzio, existiam 2.228 comunidades remanescentes de quilombos (NAVARRO, 2012). De acordo com Conceição (2016, p. 13), que utilizou as informações publicadas pela FCP - Fundação Cultural Palmares, até maio de 2016 “o Brasil contava com 2.849 comunidades quilombolas, tendo a FCP emitido 2.401 certidões”, assim distribuídas no país:

[...] a região nordeste lidera o ranking de comunidades certificadas (1.482), seguida pelo sudeste (346), norte (281), sul (168), e pelo centro-oeste (124). Nesse ranking da FCP, o estado da Bahia é o que possui a maior quantidade de comunidades certificadas (597), seguido pelo Maranhão (474). (CONCEIÇÃO, 2016, p. 13)

Em favor de tais comunidades, organizações e ativistas do Movimento Negro, manifestam-se, histórica e publicamente, em defesa de uma ação contundente do Estado

brasileiro para garantir a efetivação dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da população negra. Partindo desse pressuposto, uma das expressões dessa luta por igualdade de direitos efetiva-se na Constituição Federal de 1988⁷, que colocou o racismo como crime inafiançável e imprescritível, construindo um amplo consenso na sociedade brasileira sobre a necessidade de uma ação coletiva para banir o racismo. Apesar dessa conquista, as práticas racistas continuam, calcadas na estrutura social do país, que não se extingue apenas com a promulgação de uma legislação antirracista.

Outro documento que tem sido importante nessa luta é o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010), que, após quase uma década de tramitação no Congresso Nacional, tem sido alvo de ataques que o desfiguram completamente. Nesse início de século XXI, a articulação de diferentes setores racistas, partidos políticos e herdeiros dos antigos senhores de escravos derrotados em 1888, têm engendrado diferentes maneiras de se contrapor à vontade da classe trabalhadora brasileira, de instaurar a equidade e a justiça racial no país.

O Estatuto da Igualdade Racial⁸ propõe um conjunto de proposições legislativas, que possui como objetivo elevar a qualidade de vida da população dessas comunidades negras a outro patamar de desenvolvimento social, econômico e humano, se realmente efetivado, deixando de ser mais uma lei sem efeito. Por esse Estatuto, em seu Art. 9º, evidencia o direito da população negra em participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira, e especificamente na Seção II, Art. 11, ficou estabelecido que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil”, reafirmando o que está expresso no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Por fim, o parágrafo primeiro, do estatuto citado anteriormente, destaca que: “os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país”.

Mas ainda é preciso considerar a condição em que a grande maioria dos negros sobrevive hoje no país, como trabalhadores precarizados, informais, desempregados ou mesmo marginalizados. Essas condições não são naturais, mas produto da histórica expropriação que

7 O inciso 42 do Art. 5º da Constituição Federal de 1988, diz que racismo é crime inafiançável e imprescritível.

8 O Estatuto da Igualdade Racial, objeto da Lei nº 12.288 de 2010 destina-se a garantir a população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos e individuais, coletivos e difusos. Além disso visa o combate da discriminação racial.

esses povos sofreram, expropriados dos meios de reproduzir a existência com o mínimo de dignidade. O negro precisa de muito mais do que reconhecimento, precisam ser considerados como os trabalhadores expropriados historicamente dos meios de produção, precisam se apropriarem de condições de reprodução da existência, de dignidade, e de apropriarem do produto de seu trabalho.

O Estatuto ainda determina o fomento, por órgãos competentes do poder Executivo, a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico e que nas datas comemorativas sejam convidados intelectuais e representantes do Movimento Negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração. Mas é preciso muito mais, lutar por igualdade de condições objetivas, a luta é contínua, não se limita a alguns dias. Ainda contempla fomento à pesquisa e especializações voltados para os temas referentes à relações raciais, quilombos e questões pertinentes à população negra, uma ação importante, porém não resolve o problema.

No que diz respeito ao acesso à terra, o Estatuto da Igualdade Racial, em seu Art. 31, propõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, que essas sejam reconhecidas como propriedade definitiva desses povos, devendo ao Estado emitir os títulos respectivos”. Assim, consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, a terra necessária para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, sendo priorizadas as comunidades expostas a situações de conflitos e sujeitas à perda da posse de suas terras.

O Estatuto da Igualdade Racial prevê ainda a garantia, pelo Estado, a sustentabilidade das comunidades negras rurais, respeitando as tradições de proteção ambiental muito marcante nessa cultura. Deve contemplar também a política agrícola e agrária, com assistência técnica, financiamentos para suas atividades produtivas e de infraestrutura. Porém, esta iniciativa é percebida como mais uma estratégia de inserção ao capital, não como uma maneira de organização social, autônoma e produtiva, que atenda, efetivamente, os interesses das comunidades.

O documento dispõe ainda sobre ações relacionadas à cultura, direito à liberdade de consciência e de crença ao livre exercício dos cultos religiosos, moradia, trabalho, meios de comunicação, numa proposta que atenderia as necessidades básicas dos quilombolas, fortalecendo, nessa perspectiva, a educação, o ensino e conseqüentemente contribuindo para a formação de pessoas conhecedoras de seus direitos, com expectativa de uma vida pautada na igualdade e justiça social. Pois notoriamente os alunos e alunas, ainda estão à margem em relação ao acesso e a produção do conhecimento, embora, os avanços sejam notórios no campo educacional, ainda são lentas as efetivações no chão da escola, propriamente dito.

Figura 9: professoras e alunos (as) quilombolas.



Fonte: Registro da autora, 2010.

Nas rodas de conversa e momentos de escuta dos alunos e alunas quilombolas, podemos perceber como estas crianças são carentes em muitos aspectos, sobretudo de atenção e entendimento do protagonismo, do entendimento de como eles constroem e produzem a vida a partir de perspectivas influenciadas pela escola e pelas práticas de ensino, ou seja, são realmente produtos do meio em que vivem. Ao responder sobre qual a expectativa de formação profissional, uma das alunas responde que,

Oh tia, se essa escola não me ensinar como trabalhar na cidade, no comércio, ou como professora, eu vou trabalhar como minhas tias, em São Paulo, ou em alguma casa aqui perto, pra eu comprar minhas coisas e ajudar minha mãe, até eu casar, mas se não casar também não tem problema não. (ALUNA B, 2022)

Importante ressaltarmos que em muitos destes territórios quilombolas não existem escolas, nem a oferta de formação continuada e permanente para profissionais da educação, fato que torna ainda mais difícil o acesso e a produção do conhecimento. A inexistência das escolas em territórios quilombolas, obriga jovens e adultos dessas localidades a migrarem, temporária ou definitivamente, para estudar nas cidades, onde acabam empregados e constituindo novas famílias, colocando assim em risco a manutenção desses territórios quilombolas historicamente construídos, no caso de Lagoa Torta dos Pretos, as cidades mais acessadas são Vitória da

Conquista - Ba, pela proximidade, e São Paulo-SP, pela “oferta de emprego”, como relata uma moradora que a pouco tempo retornou da capital paulista.

A formação para as práticas pedagógicas acerca da Educação Escolar Quilombola, geram situações que continuam negando o direito às necessidades educacionais específicas destes sujeitos. Essas situações foram observadas na Comunidade Quilombola Lagoa Torta dos Pretos e essa saída dos jovens em busca de emprego nas grandes capitais, compromete a manutenção do território. Num estudo sobre a Comunidade Quilombola de Velame, Conceição (2016) também destacou essas mesmas dificuldades quanto a manutenção da juventude no território.

A reflexão e as ações devem embasar caminhos para se pensar o momento contemporâneo, caminhos que realmente direcionem a afirmação e contribuam para a resistência nesses territórios, sempre subjugados as relações racistas e capitalista, relações que tem sua gênese num caráter de complementaridade forçada entre as desigualdades, uma vez que essas comunidades demonstram certa fragilidade frente a essa invasão. A valorização cultural e a perspectiva de luta pela permanência no território, enquanto espaço de reprodução da vida, devem ser evidenciadas nos sistemas de ensino, de saúde, ações sociais, enfim, todas as políticas públicas, de modo a contribuir para a permanência e mesmo para conquista de novos espaços quilombolas. Porém, o racismo que é estrutural, estrutura também as relações estabelecidas nestes espaços, permite a perpetuação da educação eurocêntrica, que nega o discurso, assim como, as práticas pedagógicas antirracistas, e não permite, inclusive que a cultura africana seja trabalhada no cotidiano escolar, entre outras propostas que tenham como direção a interculturalidade como base curricular, como base de todas as outras relações sociais.

Ao discutirmos a escola e suas dimensões diante das relações étnico-raciais, no ambiente escolar, assim como em todos os demais espaços sociais, se faz necessário e urgente o pensamento sobre as ações afirmativas, no intuito de experienciar a equidade e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolaridade/realidade, social/diversidade e étnico-cultural, é preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, a diferentes, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como estes processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. (MUNANGA, *apud* GOMES, 2005, p. 147)

Dialogando com os autores citados, e observando as realidades no percurso da pesquisa, entende-se que o quilombo e seu cotidiano, a exemplo de outros grupos que lutam pela sobrevivência, clama pela emergência da práxis quando o pensar e o fazer se corporificam, em forma de visões ao portar-se no mundo, em forma de trabalho, no modo de vida, e na educação proporcionando um localizar-se no mundo, econtemplando a perspectiva de dar sentido aos conteúdos, à aprendizagem, ao conhecimento, fundamentados na realidade e particularidades dessas comunidades.

Segundo dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014), o país tem 227.430 estudantes matriculados em 2.235 estabelecimentos de ensino, localizados em áreas remanescentes de quilombos, distribuindo-se da seguinte forma nas regiões do país: Norte (31.478), Nordeste (154.046), Sudeste (24.004), Sul (7.427) e Centro-Oeste (10.475). Algumas observações devem ser feitas para se considerar estes números, como a informação de que alguns alunos podem ter mais de uma matrícula e, em relação ao Ensino Fundamental, este inclui matrícula das turmas do ensino fundamental de oitavo e nono anos, além da Educação de Jovens e Adultos, que inclui matrículas presencial, semipresencial e integrada à educação profissional de nível médio, segundo o INEP (2014).

Diante dessa estatística, reafirma-se a necessidade de se pensar as diretrizes para a educação nas comunidades em discussão, em todos os aspectos. A construção da proposta pedagógica é um exercício de práxis, na qual devem ser consideradas as condições necessárias para que docentes e discentes, nas relações entre si e com o espaço, construam um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos, sistematizados à formação de sujeitos que não se desenraizem de sua cultura, da sua história, de seu território e que criem condições para um diálogo.

Desse modo, questionam-se os debates sobre educação nas últimas décadas, sobretudo aqueles voltados a cursos de formação para educadores, pois, por serem mediadores no processo de ensino e aprendizagem, não têm atendido as necessidades de uma qualificação específica que subsidie o processo ensino-aprendizagem. Urge a necessidade de se investir em cursos de formação continuada para educação das relações étnico-raciais, uma vez que nem nos cursos de licenciaturas, nas formações iniciais, são oferecidas disciplinas obrigatórias relacionadas à área.

Destaca-se aqui, a necessidade dos educadores se nortear em embasados em fundamentos étnicos, conhecimentos geográficos, históricos, filosóficos, antropológicos, sociológicos, entre outros, assim como na legislação brasileira, para ampliar e aprofundar temas como: pluralidade, resistência negra, território enquanto expressão de um povo, diáspora africana, interculturalidade, decolonialidade, decolonização, dentre outros, que precisam ser

debatidos e entendidos no processo de produção do conhecimento e ensino, de acordo com seu planejamento.

Também é necessário destacar a influência do povo africano no processo da formação educativa, na construção dos currículos e como estas influências refletem no chão das escolas, nas salas de aula e como a história do Brasil é contada nestes espaços, uma vez que os conteúdos relativos ao território brasileiro, muitas vezes, não são evidenciados nos livros didáticos e quando os são, isso acontece de maneira breve e superficial, impossibilitando o devido conhecimento para discentes. E nesse contexto, construir o conhecimento para a compreensão da formação territorial e populacional (diversidade da população em sua composição étnica e cultural) do Brasil e para o entendimento das desigualdades sociais e sua materialização no espaço geográfico, proporcionando estratégias de combate ao racismo que perpetuam e embasam as relações humanas, historicamente.

Assim, afirmações de Munanga (2010), nos indicam que o “nosso racismo é um crime perfeito” e reforça que para citarmos questões como mérito e meritocracia, precisamos lembrar, por exemplo, que nas disputas por vagas no mercado de trabalho ou nas seleções para entrada nas universidades não saímos de um mesmo lugar.

Então, essa coisa de pensar que a diferença é simplesmente social, é claro que o social acompanha, mas e a geografia do corpo? Isso aqui também vai junto com o social, não tem como separar as duas coisas. Fui com o tempo respondendo à questão, por meio da vivência, com o cotidiano e as coisas que aprendi na universidade, depoimentos de pessoas da população negra, e entendi que a democracia racial é um mito. Existe realmente um racismo no Brasil, diferenciado daquele praticado na África do Sul durante o regime do apartheid, diferente também do racismo praticado nos EUA, principalmente no Sul. Porque nosso racismo é, utilizando uma palavra bem conhecida, sutil. Ele é velado. Pelo fato de ser sutil e velado isso não quer dizer que faça menos vítimas do que aquele que é aberto. Faz vítimas de qualquer maneira. (Entrevista, Fundação Perseu Abramo, 2010)

Portanto, o papel da Educação, indubitavelmente, deve ser o de contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira, produzindo uma formação humana na qual não caibam estereótipos, discriminação e preconceitos de todas as formas, promovendo, assim, não só a convivência humana mais respeitosa e plena, mais do que isso, a questão é lutar por equidade, justiça e igualdade de direitos, pela transformação social, em que se considerem os reais interesses dos povos historicamente oprimidos.

Notoriamente a resistência secular destas comunidades não resolverá os graves problemas sociais existentes na sociedade desigual capitalista, mas, certamente, ocupa um espaço de destaque diante de tais afirmações, sobretudo, diante da valorização da cultura brasileira, assim como dos territórios e territorialidades, de manutenção dessas manifestações

socioculturais e da luta histórica de um povo, uma vez que se encontram fragilizadas diante desse processo capitalista de constituição das relações sociais, como se pode perceber numa das falas de Sr José, morador do Quilombo de Lagoa Torta dos Pretos: “Essa meninada nova, quando entende do mundo, abre asas e quer sair da comunidade, não quer mais aprender o que a gente tem pra ensinar, querem ir estudar na cidade e ganhar dinheiro”. (Sr. José, Comunidade Quilombola Lagoa Torta dos Pretos, 2008).

Observa-se a preocupação de Sr. José, com a manutenção do território, da cultura, enfim, do povo, quando as comunidades que se mantiveram secularmente, agora se fragilizam diante das exigências do processo capitalista e seus avanços, gerando nos quilombos, assim como em outras comunidades rurais, a devastação e degradação do trabalho no campo, instituindo a precarização da agricultura familiar, levando à miséria da população rural, como é evidente na comunidade quilombola de Lagoa Torta dos Pretos.

Na referida comunidade não há prédio escolar ou nenhuma outra forma assistencialista de governo, existe apenas um local onde acontecem as reuniões da associação, os cultos religiosos e as aulas para adultos, em um programa de alfabetização oferecido governo, que alguns moradores frequentam, e onde a professora não tem o ensino médio completo enquanto formação. Os jovens em idade escolar se deslocam até outra comunidade vizinha – Povoado do Irapuá –, para estudarem na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, que oferece a educação básica, desde a Educação Infantil às séries iniciais do Ensino Fundamental.

Todos os alunos da comunidade de Lagoa Torta dos Pretos, estão regularmente matriculados e frequentando a Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, uma vez que o transporte é feito pela prefeitura municipal, pois o acesso não é tão fácil. Ainda nessa mesma comunidade quilombola, existem alunos que cursam o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Na sede do município de Anagé o Ensino Médio, sob responsabilidade do Governo Estadual, é oferecido no Colégio Estadual Renato Viana e o Ensino Fundamental II, sob a responsabilidade do município, no Centro Educacional Renato Viana, ambos de difícil acesso.

Há algum tempo, como professora de Geografia no Centro Educacional Joaquim Teotônio de Sousa, no Ensino Fundamental, e como pesquisadora, me sensibilizei ao encontrar alunos remanescentes quilombolas, que esta instituição também recebe, porém de outras comunidades, tais como Água Doce e Mandacaru, com um currículo que em nada atendia esta realidade diante da diversidade e das diferenças.

Por meio da pesquisa pode-se observar o anseio desta população em adquirir o conhecimento, por meio da educação formal, até mesmo sobre sua história e seu povo, mas não encontram, além dos relatos orais, outras fontes, muitas vezes desconhecem os termos quilombo e quilombola, pois não fazem parte do vocabulário nem tão pouco veem isso nas escolas em

suas propostas curriculares, e até a consciência de que o território onde vivem é propriedade e coletiva de direito, muitos não tem, pouco sabem sobre direitos, justificando assim, a importância de diálogo entre a Educação Escolar Quilombola com a Educação Quilombola, os saberes construídos historicamente por estas comunidades.

“Às vezes vem uns e outros aqui que vão nos orientando... Por isso formamos nossa associação, mas nada chega, uns só tem interesses” diz Carlos, filho de Sr. Manoel.

“Eu mesmo me casei aqui, mas fui trabalhar em São Paulo, pois não dá pra sobreviver de nada aqui, minha mulher, fica aqui cuidando das coisas enquanto eu volto” completa o morador da comunidade e filho de Sr. Manoel.

Figura 10: Alunos (as) quilombolas.



Fonte: Registros da autora, 2010.

Conforme apontado pela estudante quilombola, da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, aluna:

[...] eu acho que para ser uma escola ideal para uma comunidade quilombola, tem que ser aquela, que quer resgatar o passado, levando agente a conhecer essa tecnologia do futuro. E nós não podemos ficar sem conhecer a nossa história, dos nossos avôs, mas aprendendo de que forma podemos chegar ao mercado de trabalho, ou então umprojeto aqui mesmo no quilombo, um que explorasse a nossa cultura e o quilombo pudesse viver da autosustentabilidade, sem perder o resgate da história. Ia ser bom fazer um trabalho em conjunto por aqui mesmo. Os jovens não precisariam sair e o quilombo não acabava. (aluna quilombola, 2022)

Os alunos realmente sentem a falta do significado da aprendizagem, uma vez que os currículos não se aproximam da realidade e da vivência daquela comunidade, como posso observar em meu percurso pela educação neste município. E até se preocupam com a manutenção de seu território. Porém por falta de um significativo trabalho da educação, ao tratar os conteúdos, no que diz respeito a histórias desse povo, os próprios alunos não despertam-se para a importância dessa manutenção.

A reforma educacional iniciada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trouxe mudanças importantes para a abordagem da cultura na escola e da escola, ao abri-la para uma revisão daquilo que os seus livros didáticos apresentam como a “formação do povo brasileiro”, que já não pode mais contornar o tema das relações étnico-raciais: “o ensino da História do Brasil deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias” (BRASIL, 1996).

Portanto, tratar pedagogicamente as pessoas, suas histórias de vida, as existências marcadas pela historicidade do povo negro no Brasil, precisa ser repensado para além de conteúdos rasos e sem sentido, sem estar atrelados, sobretudo com a educação quilombola, a educação promovida pelas comunidades em seus cotidianos, dando assim significado e esperança de um conhecimento que empodera e possibilita uma vida na perspectiva da equidade e igualdade de direitos.

Figura 11: alunos (as) e profissionais da educação.



Fonte: Registros da autora, 2010.

O registro com alunos e alunas quilombolas, num momento de interação, que nos proporcionou ouvir, participando de uma atividade de contação de histórias, onde a equipe escolar estimulava as falas sobre a vida e o cotidiano de cada estudante, nos propiciando o entendimento sobre a importância da efetivação da Educação Escolar Quilombola.

Sobre a Educação Escolar Quilombola, o debate tem se estendido em cenários educacionais e em períodos não tão distantes, de acordo com Arruti (2017), situando o processo de definição de uma política que visa a Educação Quilombola, é necessário fazermos referência à lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº 9394/1996), e a reforma educacional iniciada com ela, a qual trouxe mudanças importantes para a abordagem da cultura na escola, mesmo que ainda muito tímido o debate dentro das instituições, mas muito forte e resistente nos movimentos sociais, resultando a alteração da LDB, por meio da lei 10.639/2003, designando a obrigatoriedade o ensino da cultura africana e afro-brasileira, e ainda, a Lei nº 11.645/2005, que institui a obrigação do trato pedagógico sobre a cultura e história dos povos indígenas, em todas as instituições de ensino no Brasil, marcos históricos na Educação Nacional.

Na Bahia, a realização do I Fórum Estadual de Educação Quilombola, um marco para o Ensino neste estado, foi realizado na capital baiana, Salvador, entre os dias 05 e 06 de novembro

de 2009 no Hotel Vila Mar, sob a coordenação do Núcleo de Diversidade Cultural, vinculado à Secretaria Estadual de Educação, onde 300 pessoas representando profissionais da Educação, Movimentos Sociais, Estudantes entre outras representatividades, sendo 80 comunidades quilombolas baianas representadas neste momento que foi decisivo para a Educação no estado, assim como para todo o país, pois a repercussão foi positiva e bastante influente.

O II Fórum Estadual Quilombola, seguindo as reflexões e encaminhamentos do I Fórum, aconteceu em 8 de julho de 2010, no município de Seabra, na Bahia, as propostas foram construídas e se efetivando ao longo da caminhada, como por exemplo o Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola, entre outras políticas pertinentes para a Educação.

Afirmado a proposta baseada em analisar os documentos referentes à Educação, a Base Nacional Comum Curricular, o Documento Curricular Referencial da Bahia e ainda o Documento Curricular Referencial de Anagé-Ba, foram explorados para, a partir desta análise compreender a proposta curricular e a Educação Escolar Quilombola, e como esta proposta que está posta atende à identidade de alunas e alunos do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental, especificamente na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos.

Observou-se que, o município de Anagé, por meios das equipes escolares, orientadas pela Secretaria Municipal de Educação, tem buscado estratégias, a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), e dialogando com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, 2019), para cumprir a legislação. Provocando sempre os estudos e o debate, evidenciando a necessidade do alinhamento do currículo, assim como, dos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino que correspondem ao Sistema Municipal de Ensino.

A Secretaria Municipal de Educação, no sentido da formação continuada e fortalecimento do debate sobre os currículos, a partir do protagonismo dos profissionais da educação, realizou, em 2018, o Dia D BNCC: apropriação e o desafio da implementação na Rede de Ensino Municipal Pública de Anagé, convocando toda rede para os estudos e desdobramentos nas unidades escolares. No ano seguinte, 2019, por meio das portarias municipais nº 002, 003, 004 e 005 delibera a readequação dos Planos de Trabalho e Planos de Cursos das respectivas Unidades Escolares alinhando-os à BNCC. Assim, cópias do Currículo Bahia, foram encaminhadas à Coordenação Pedagógica de cada Escola, objetivando a promoção dos estudos dirigidos e inspirações para a confecção do DCRA – Documento Curricular Referencial de Anagé.

No ano de 2020, a Secretaria de Educação em reunião com as Equipes Gestoras das Unidades Escolares do município, delibera consensualmente a Matriz Curricular comungando com os documentos BNCC e o DCRB, seguindo para os encaminhamentos relacionados á

sistematização do Documento Referencial de Anagé. Tal processo culminou no período da pandemia no Brasil, COVID 19, condicionando assim, o trabalho remoto dos profissionais envolvidos, digo, Direção, Coordenação e professores, assim como a comissão técnica da Secretaria Municipal de Educação. Com a suspensão das aulas por conta do momento pandêmico, as atenções se voltam para a elaboração do DCRA, uma vez que a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação adere ao Programa de Reelaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos, proposto pela UNDIME/BA - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação da Bahia, em parceria com a UNCME - União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação, a UFBA - Universidade Federal da Bahia e o Itaú Social.

Adotou-se a seguinte metodologia para o processo e (re)elaboração do Currículo: a CMG - Comissão Municipal de Governança foi constituída, respeitando as representações exigidas, ou seja, CMG é composta por representantes do CME - Conselho Municipal de Educação, FME - Fórum Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC, Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado da Bahia – APLB: Delegacia Sindical de Anagé-Ba, Escolas Privadas e EFA - Escola Família Agrícola, de acordo com o Decreto Municipal nº 15/2020.

O município designou uma articuladora, a qual atua como Coordenadora Pedagógica de um dos Núcleos Regionais, concursada desde 2006, para orientar as ações do Programa, distribuindo então, os profissionais da educação em grupos de Trabalho, organizados para o debate por modalidades.

Considerando as leituras no caminhar da pesquisa, que de acordo com o embasamento teórico, para a pesquisa foram utilizadas fontes de dados os documentos curriculares já citados (BNCC, DCRB, DCRA), e após o mapeamento das produções científicas, foram realizados estudos exploratórios, a partir da leitura detalhada destes documentos, assim como resumos de artigos, dissertações e teses encontradas a partir das palavras-chave: Currículo, Ensino Fundamental, Educação Escolar Quilombola, para então, aprofundar a análise e obter os alguns resultados, considerando a ancoragem legal da Educação no Brasil.

Dos trabalhos selecionados para análise no decorrer da pesquisa, as três produções selecionadas são: A Base Nacional Comum Curricular, o Documento Curricular Referencial da Bahia e o Documento Curricular Referencial de Anagé.

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular, entendido como o documento que normatiza o conjunto orgânico e de aprendizagens essenciais para estudantes de todo país, devendo ser desenvolvidos em todas as modalidades da Educação Básica, assegurando o direito

à aprendizagem, já garantido na legislação brasileira, e atendendo aos preceitos do Plano Nacional da Educação, sobretudo em suas Metas 04 e 08, na perspectiva da Educação inclusiva:

Meta: 04: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 08: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (PNE, 2014).

Portanto, a prática do ensino deve, obrigatoriamente, estar alinhada de com o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/1996), com fundamento nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, basilada pelos princípios éticos, políticos e estéticos, objetivando a formação humana integral, a justiça social, a democracia, assim como a educação inclusiva na perspectiva da equidade e igualdade de direitos de todas as pessoas em nosso país.

Também trazemos aqui a discussão sobre a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que foi elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, de acordo com os textos do próprio documento, sendo este um documento contemporâneo e recente, completo do ponto de vista de seus autores, e seus textos possibilitarão a adequação do currículos regionais escolares às propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares no Brasil, visando garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes, o desenvolvimento integral dos mesmos, apresentando as dez competências da Educação Básica.

Uma das previsões do referido documento é a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, influenciando não só os currículos, mas as avaliações para a aprendizagem.

No percurso que o Governo Federal optou por percorrer, cabe observar que a maneira de propor e estabelecer as mudanças não sugere que, em seus resultados, haja mudanças que beneficiem a qualidade desejada; ao contrário, denota que o modelo proposto possui outras intencionalidades, que não o direito à educação de fato. Tal afirmativa se justifica porque as alterações não tocam em aspectos cruciais como financiamento, estrutura das escolas, evasão dos alunos e condições de trabalho dos professores, estando mais direcionadas para a formação flexível e aligeirada assim como, para o aumento de parcerias que conduzem à terceirização e

à privatização, de modo a aplicar recursos públicos em instituições privadas (GONÇALVES, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 8), concebe aprendizagens fundamentais para “assegurar aos estudantes o desenvolvimento” e apresenta dez competências gerais da Educação Básica, sendo:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Em nenhuma das competências explicita-se a educação para as relações étnico raciais, de maneira clara e objetiva, embora perceba-se o trato com valorização da diversidade cultural, empatia, respeito ao outro, as questões étnicas não são citadas na Base Nacional Comum Curricular.

Outro documento analisado no processo de pesquisa foi o Documento Curricular Referencial da Bahia, onde pode-se observar uma discussão sobre a Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, assim como as demais modalidades apresentadas neste documento: Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos. Nos temas Integradores apresentados no Currículo da Bahia, ainda se discute a Educação para as Relações Étnico Raciais, como proposta para a Educação e a Diversidade.

O Documento Curricular Referencial da Bahia, objetiva assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de alunos e alunas da Educação Básica em todo o território do Estado da Bahia. Este documento é caracterizado pelo teor não prescritivo, que visa incorporar as atualizar as ações pedagógicas no sentido da legislação vigente, entendido também como referência para a reelaboração dos currículos municipais da Bahia, prezando pela identidade e especificidades educacionais locais, assim como, a permanência e sucesso dos alunos e as alunas dos Sistemas de Ensino. O DCRB é composto de dois volumes, sendo um para as particularidades educacionais da Educação Infantil e outro para o Ensino Fundamental. São 473 páginas, organizadas da seguinte maneira:

Apresentação

Territorialidade na singular e plural Bahia: elementos identitários para a política curricular do Estado.

Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos.

Marcos legais que embasam o Currículo Referencial para o Estado da Bahia.

Modalidades da Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Temas Integradores no Currículo do Estado da Bahia.

Avaliação Educacional.

Educação Infantil.

Ensino Fundamental

Projeto de Vida e as transições para o Ensino Médio.

Referências.

Sobre a Educação Escolar Quilombola, tema da questão que impulsiona esta pesquisa, o DCRB vem trazendo uma narrativa significativa, abordando que a EEQ, exige uma pedagogia própria, devendo respeitar às especificidades étnico raciais e as culturas locais das comunidades em questão.

O Documento Curricular Referencial da Bahia, como o nome já traz, referência às ações, materializando os atos curriculares, pautado nas diretrizes que orientam o Plano Estadual de Educação:

Erradicação do analfabetismo

Universalização do atendimento escolar

Superação das desigualdades educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do sujeito, na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Melhoria da qualidade da educação.

Formação para o desenvolvimento integral do sujeito, para a cidadania e pra o trabalho, com ênfase nos valores morais e étnicos nos quais se fundamenta a sociedade.

Promoção do princípio da gestão democrática da educação do Estado.

Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado.

Valorização dos profissionais da Educação.

Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A Educação Escolar Quilombola é discutida no DCRB, a partir da página 60, como modalidade da Educação Básica, traz como premissa, o direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade, assim como, o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, já garantido na Constituição Federal, tendo em vista o atendimento de alunos e alunas de um território com histórias e culturas específicas, que devem ser respeitados e reconhecidos como sujeitos produtores da vida e estruturantes também do processo histórico da nação brasileira, portanto a Educação Escolar Quilombola deve considerar estas especificidades em suas propostas curriculares.

O Documento Curricular Referencial da Bahia referência a luta do Movimento Negro em prol das políticas públicas para a Educação, sobretudo para as comunidades quilombolas e na CONAE 2010 – Conferência Nacional de Educação foram atendidas as deliberações relacionadas às populações quilombolas, orientando assim, a elaboração das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012.

Ainda sobre os documentos que referenciaram a pesquisa, evidencia-se o PME - Plano Municipal de Educação, lei municipal nº 376/2015, que também embasa o Sistema Municipal de Ensino⁹ de Anagé, em suas Diretrizes, no Art. 2º:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do atendimento escolar;
- III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV- melhoria da qualidade do ensino;
- V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
- VI- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos (as) profissionais da educação;
- X- promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A partir destes princípios legais, fica entendido, que o território¹⁰ anageense, e suas especificidades serão trabalhadas no contexto educacional, devendo atender o desenvolvimento das competências e habilidades almejadas para o desenvolvimento pleno de seus alunos e alunas, devidamente matriculados/as no Sistema Municipal de Ensino.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, foi alterada em 2003, pela lei nº 10.649/03, determinando a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira em todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. Ainda assim, se veem ações pontuais de professores e professoras que se afinam com o tema, e discutem de

9 Lei Municipal nº 429/2019 – Institui o Sistema Municipal de Ensino de Anagé, Estado da Bahia.

10 Território aqui é entendido como realidade inseparável dos sujeitos que o compõe. Daí a necessidade de revalorizar o cotidiano, as relações sociais, atribuindo sempre um caráter dinâmico às diferentes relações (SANTOS, 2000).

forma militante. Outra ação produto das mobilizações históricas do Movimento Negro Unificado.

Ainda analisando os documentos selecionados pelo teor de parametrizar as construções curriculares, ressalta-se a importância do DCRA – Documento Curricular Referencial de Anagé, elaborado a partir das orientações estabelecidas no Programa, coordenado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-BA), realizou a ação formativa para mediar a construção do Referencial Curricular de municípios baianos, como Anagé, tendo como base o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como o contexto atual demanda criatividade para que os trabalhos não parassem, o processo formativo foi realizado com o uso de recursos digitais, e contou com a mobilização dos chamados GEAs - Grupos de Estudos e Aprendizagens, com o papel de envolver todos os professores do Sistema Municipal de Ensino, no processo de estudo e reflexão para a elaboração do Referencial Curricular local. Os GEAs corresponderam a coordenação e orientação da Comissão Municipal de Governança, estabelecida pela Portaria 13/2020, e contou com a parceria de Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores, como já citado. Os Grupos de Estudos e Aprendizagens foram formados de acordo as modalidades trabalhadas no município: Educação Infantil, Ensino Fundamental do Anos Iniciais, Ensino Fundamental dos Anos Finais, Educação especial, Educação no Campo, Educação escolar Quilombola, e Educação de Jovens e Adultos A Secretaria Municipal de Educação, entende o currículo escolar é um conjunto de conhecimentos e saberes que alunos e alunas matriculados no Sistema Municipal, precisam interagir durante seu percurso escolar. É organizado com base nas leis educacionais, articuladas a realidade social, cultural, econômica, política e histórica do município. O documento é instrumento de ligação entre escola, cultura e sociedade, e deve acompanhar as transformações do mundo, devendo ser necessariamente atualizado.

Sobre a Educação Escolar Quilombola, o Documento Curricular Referencial de Anagé vem reforçar uma discussão mais intensa neste Sistema, por conta das Comunidades Quilombolas localizadas geograficamente neste município, e diante do entendimento já exposto no DCRB, como documento referência, observa-se que, um dos grandes entraves é justamente a formação inicial e continuada para a atuação na modalidade da Educação Básica específica discutida aqui, a Educação Escolar Quilombola.

Esse processo atinge os currículos que, cada vez mais são inquiridos a mudar. Os dilemas para os formuladores de políticas, gestores, cursos de formação de professores e para as escolas no que se refere aos currículos são outros: adequar-se as avaliações standartizadas nacionais e internacionais ou construir propostas criativas que dialoguem, de fato, com a realidade sociocultural brasileira, articulando conhecimento científico e os outros conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades sociais, culturais,

históricas e políticas? Compreender o currículo como parte do processo de formação humana ou persistir em exagerá-lo como rol de conteúdos que preparam os estudantes para o mercado ou para o vestibular? E onde entra a autonomia do docente? E onde ficam as condições de trabalho do docente, hoje, no Brasil e na América Latina? Como lidar com o currículo em um contexto de desigualdade e diversidade? (GOMES, 2012, p. 99)

Reflexões que necessariamente precisam permear o fazer pedagógico das pessoas que pensam a educação, educadores e educadoras, atores e atrizes do cenário educacional no Brasil. Reforçar o pensamento crítico e transformar socialmente estes espaços e relações que estão historicamente embasados pelo racismo estrutural e estruturante (Almeida, 2019), pois de acordo com a autora Eliane Cavalleiro (2012), são algumas consequências graves do racismo no cotidiano escolar: Autorejeição; desenvolvimento de baixa autoestima; ausência do reconhecimento da capacidade pessoal; rejeição do seu outro igual racialmente; timidez; pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência do seu reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldade no seu processo de aprendizagem; recusa em ir à escola; e, conseqüentemente, evasão escolar.

4.2 A Educação Escolar Quilombola como estratégia de manutenção do território quilombola de Lagoa torta dos Pretos.

Para situarmos o processo de definição de uma política que tem em vista a ideia de uma educação quilombola, é preciso fazer referência ainda a uma outra história de debates e a outros precedentes normativos, cuja origem podemos situar na lei de Diretrizes e Bases da Educação. (Lei nº 9394/1996)

É desse princípio que partimos para discutir a Educação Escolar Quilombola, analisando a legislação e a efetivação desta na sala de aula, por meio das práticas de ensino, orientadas pelos currículos. Entendemos a Educação Escolar Quilombola como possível instrumento de empoderamento destas comunidades, especificando as possíveis influências da educação formal, por meio das práticas de ensino sobre a luta e resistências históricas no processo de manutenção destes territórios e suas territorialidades. Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola, deve “beber na fonte” da Educação Quilombola, de acordo com a professora Nilma Lino Gomes, já citada aqui, observamos que, a equipe da escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, promovendo momentos formacionais e de escuta junto à Comunidade e pensando a gestão democrática, tem se esforçado para garantir a ambiência escolar propícia para o atendimento deste público aqui em discussão. Em muito se avançou, mas ainda há muito o que fazer, embora a legislação brasileira nos ampare no sentido das discussões sobre as

questões raciais e diversidade, a grande dificuldade é a efetivação da lei no chão da sala de aula, como é observado por professores e professoras da equipe EMASS.

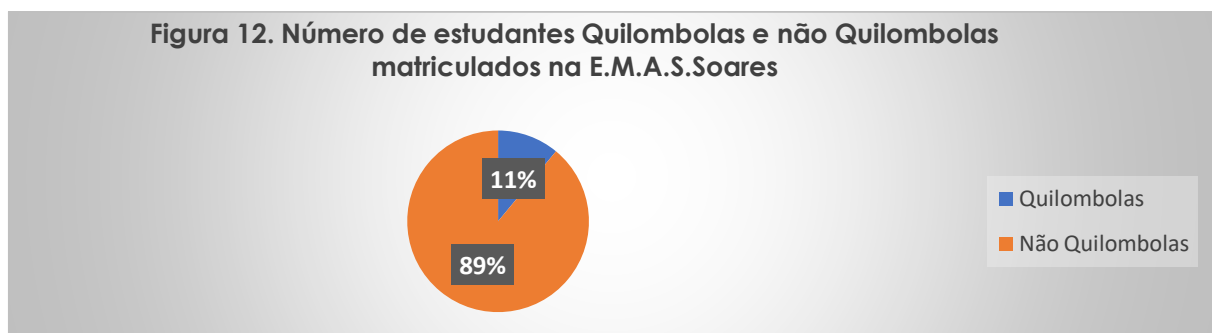
De acordo com as narrativas coletadas entendeu-se que a maioria dos alunos e alunas não se reconhece como quilombolas, ou seja, das 27 crianças, apenas 3 dizem entender o que é ser quilombola, e que pra elas é muito recente essa “palavra”, ou seja, esta discussão sobretudo na escola, embora a associação já exista há algum tempo, desde 10 de março de 2013, precisamente, como citamos inicialmente, e nas reuniões os moradores discutam sobre as políticas para a população, as crianças ainda não se deram conta da importância deste reconhecimento, ou melhor, do pertencimento. Trazendo como referência, Munanga (2004),

A construção dessa nova consciência não é possível sem colocar como ponto de partida a questão da autoidentificação, ou seja, da autoidentificação dos membros do grupo em contraposição com a identidade dos membros do grupo “alheio”. Uma tal identificação – (“quem somos nós?” – “de onde viemos e aonde vamos?” – “qual é a nossa posição na sociedade?”) vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva que serve de plataforma mobilizadora. (MUNANGA, 2004, p. 14)

Neste sentido, reforçamos a responsabilidade da escola em tratar pedagogicamente as questões de identidade e pertencimento, reconhecendo e valorizando as contribuições contemporâneas e em toda a história, em todas as áreas do conhecimento humano, destes sujeitos afro-brasileiros e africanos para nosso país, assim como, para toda a história mundial.

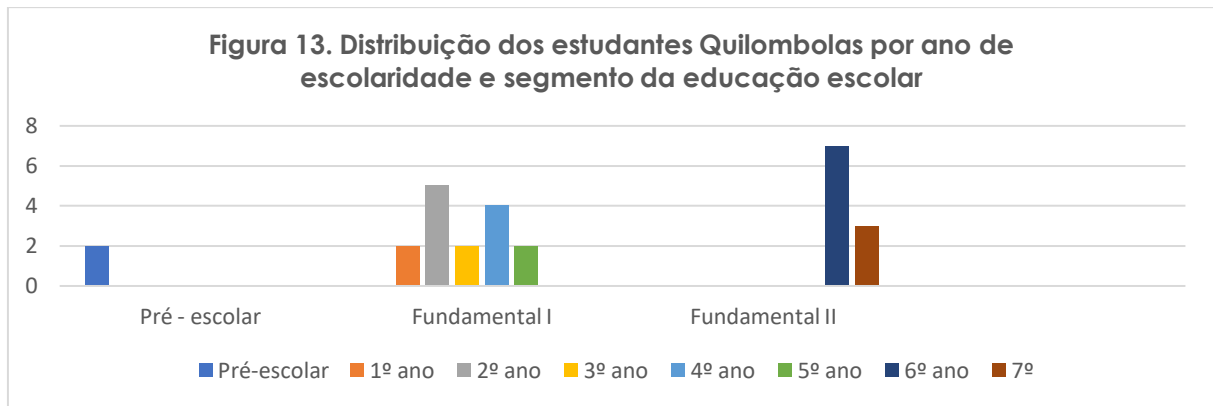
A Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, com 256 matrículas efetivas em 2022, atende destes, 27 alunos e alunas quilombolas, da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, cuja estrutura organizacional está representada nas figuras 12 e 13:

Figura 12. Número de estudantes quilombolas e não quilombolas.



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela secretaria da EMASS (2022)

Figura 13. Distribuição dos/as alunos/as quilombolas por ano de escolaridade e segmento da educação escolar.



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela secretaria da EMASS (2022)

Com base nos dados levantados no processo da pesquisa, 11% dos alunos são quilombolas e não constituem apenas um índice, mas pessoas que produzem a vida e que precisam da escola e do contexto escolar, reforçando sua identidade e afirmação no mundo e nos espaços vividos, a partir dos seus lugares. Estes estudantes relatam, em sua maioria, não reconhecerem os conteúdos trabalhados na sala de aula, como instrumento de fortalecimento da memória e de suas histórias de vida, ou seja, não relacionam ao cotidiano as atividades desenvolvidas na escola,

Muitas vezes a minha professora passa alguns assuntos que eu entendo, mas não sei como eles estão na minha vida, na minha casa, no meu dia-a-dia, como os assuntos de matemática por exemplo, tenho muitas dificuldades, mas consigo fazer todas as tarefas de casa, sozinha e entendo quase todos. Mas a disciplina que eu mais gosto é de português, gosto muito de escrever sobre minha vida, minhas coisas. (Aluna A, 4º ano, 2022)

Percebe-se, a partir desta fala carregada de sentidos, como os currículos não alcançam a realidade destas crianças e jovens atendidos na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos e, certamente, nas demais instituições de ensino, sobretudo nas escolas quilombolas, ilustrando assim, o que temos observado por meio da pesquisa. Em outros relatos, a grande maioria dos estudantes afirmam esta compreensão em relação aos conteúdos trabalhados e atividades realizadas, porém, a associação destes com o cotidiano é uma das grandes dificuldades apontadas.

Sendo assim, entende-se o risco da preservação desta memória, a partir dos desenhos dos currículos escolares, pois, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, evidencia que,

A Educação Escolar Quilombola organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando-se, alimentando-se de memória coletiva, línguas reminescentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos,

tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país. (DCNEEQ, 2012)

O atendimento e a presença dos estudantes quilombolas na instituição de ensino, deve provocar, sobretudo, a mudança de comportamento entre educadores e toda a equipe. Como pesquisadora e estudiosa sobre as questões, penso que reconhecer o racismo estruturante de todas as relações em nosso país já é um grande passo e um avanço, pois frases como “somos todos iguais”, ouvidas durante a escuta dos pesquisados, demonstram o senso comum soberano e a estruturação promovida pelo racismo diante das relações e ações na ambiência escolar, assim como, na vida e em outros espaços.

Nesse sentido, destacamos a importância da formação continuada de professores e professoras, assim como, de toda a equipe, que por si só também é insuficiente para a garantia do rato pedagógico sobre as relações étnico-raciais, a pluralidade quilombola, pensando a manutenção da memória da Comunidade Quilombola, mas se constitui como um ingrediente urgente e necessário para continuarmos avançando, na perspectiva da construção do conhecimento acerca da diversidade. A formação continuada deve considerar o professor como um intelectual transformador (Giroux, 1997), com condições de desenvolver uma prática pedagógica que abrace os oprimidos e seja emancipadora, atendendo também ao multiculturalismo presente no ambiente escolar. O olhar e reconhecer as diferenças, indubitavelmente, deve ser o diferencial ao se planejar as atividades pedagógicas para as escolas plurais e o significado da vida e das existências precisa recortar este ambiente e as relações estabelecidas neste cenário, entendendo que as reproduções se darão fora dele, nas comunidades e em tantos outros espaços, a escola tem um papel importante de poder na formação das pessoas.

Figura 14: Corpo docente em um dos momentos formativos da EMASS.



Fonte: Arquivo EMASS / 2022.

As discussões acerca do planejamento que alcance os estudantes, e que seja aberto, flexível de cunho interdisciplinar, permeia estes momentos formativos, e a preocupação com este planejar é evidente em cada fala dos profissionais ouvidos no decorrer da pesquisa, porém, a formação continuada, ou melhor a ausência desta, ainda é colocada como entrave. “E a formação inicial, também deixou essa brecha em nossos cursos de licenciatura”, desabafa uma das professoras da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, opinião que é comumente aceita e relatada por toda a equipe docente, na verdade uma realidade observada em nossas Universidades.

Esta escola específica, tem mantido um relacionamento satisfatório com as pessoas que a cercam, segundo as falas provenientes de representantes da comunidade escolar, incluindo diretora e servidores/as, professores e professoras, alunos e alunas, pais, mães e responsáveis e demais sujeitos envolvidos. Alegam não haver dificuldades de comunicação, e a intenção de democratização é evidenciada o tempo todo pela gestão.

Diante desse cenário de busca e consolidação da democracia no ambiente escolar, a Diretora se pronuncia,

Buscar uma gestão participativa é ter a consciência de que o trabalho é desafiador até porque relacionar com pessoas não é fácil, são realidades e pensamentos diferentes. Mas precisamos entender que uma gestão participativa é a mais fácil, o caminho pedagógico fica mais eficaz e os participantes se sentem integrantes de toda e qualquer mudança no ambiente escolar. (DIRETORA “A”)

O entendimento sobre a importância da gestão democrática, é evidenciado pela equipe gestora, embora observa algumas dificuldades, diante dos relacionamentos interpessoais, mas a equipe compreende que para o trabalho pedagógico consistente e eficiente essa harmonia precisa existir, aí também deve ser discutida a diversidade numa perspectiva crítica, entre a equipe, não só na sala de aula nas relações professor/aluno e práticas de ensino. Sobre a diversidade e o entendimento pedagógico, um dos professores enfatiza,

Apesar de ser algo inerente ao ser humano, infelizmente a diversidade não é respeitada por todos. Casos de intolerância e preconceitos acontecem todos os dias em todos os lugares, sendo alguns dos principais problemas da nossa sociedade atual e também se reflete na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos. (PROFESSOR B, 2022)

Portanto, com todo o empenho da equipe para atender as especificidades dos alunos e alunas quilombolas, amparados pela legislação, mas muito mais que isso, pois a intenção é realmente compreender a historicidade da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, não se pode perder de vista que a Escola é uma instituição “nova”, ou seja, inaugurada pela presencialidade este ano de 2022, e recebendo este público específico, os esforços da equipe devem ser considerados, assim como, os diálogos mantidos com a comunidade para traçarem o melhor caminho no sentido da garantia dos direitos à educação, sobretudo a Educação Escolar Quilombola, no contexto da Educação do Campo.

Figura 15: Equipe EMASS – 2022



Fonte: Arquivo EMASS

Os resultados desta pesquisa contribuíram para pensar a produção da vida sob outras óticas e para a formação acadêmica da pesquisadora, sobretudo por ter possibilitado reflexões, estudos e compreensões no campo educacional, área de atuação da referida autora. Portanto finalizamos, mas não concluímos aqui as nossas considerações, visto que a pesquisa poderá ser complementada por outros estudiosos e estudiosas, estando aberto e vasto este campo de estudos.

APONTAMENTOS FINAIS

Esta pesquisa teve o intuito de analisar como as práticas de ensino, efetivamente, contribuem para a formação da identidade quilombola de alunos e alunas da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, assim como estas refletem no fazer cotidiano da Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, Anagé-Ba.

Portanto, para alcançar os resultados acerca das proposições almejadas, por meio dos objetivos estabelecidos, percorremos, no decorrer deste trabalho, histórias de vida, narrativas da comunidade escolar, equipe técnica atuante na Secretaria Municipal de Educação de Anagé, e documentos relevantes para o entendimento da práxis que permeia a Educação Escolar Quilombola neste município, tendo como lócus a Escola Municipal aqui citada.

Consideravelmente, o conjunto de narrativas dos profissionais da educação, mais especificamente de professores e professoras, evidencia a urgente necessidade da formação

continuada, como proposição do estado, garantida como política pública no Plano Municipal de Educação, Lei nº 376/2015, que comunga com as demais legislações sobre a Educação no Brasil. Este público também relata sobre a deficiente formação inicial, como principal entrave para a efetivação da Educação Escolar Quilombola no município de Anagé, assim como, na Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos. Contudo esta equipe não mede esforços para que as práticas alcancem alunos e alunas da forma mais adequada possível, diante do contexto já apresentado.

A Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, organizada política, social e culturalmente, como foi possível observar por meio da pesquisa, desenvolve atividades coletivas, mesmo com a dificuldade da compreensão de alguns moradores sobre “ser quilombola” ou não se reconhecerem como tal, a identidade com o território e a certeza de serem sujeitos “nascidos e criados ali”, já é o bastante para a noção de pertencimento e afeto pela comunidade como um todo. Sendo assim, o resgate da história deste povo e das populações quilombolas no país, o conhecimento da legislação específica, dos direitos e deveres, certamente contribuirá para o autoreconhecimento e fortalecimento comunitário, assim, entendemos que devem ser temáticas incipientes para compor o Projeto Político Pedagógico e os Currículos da Educação deste município.

Indubtavelmente os valores e saberes ancestrais produzidos e considerados por esta comunidade, devem permear os currículos, mas sem a intenção de parar o tempo, nem manter as comunidades tradicionais, a vida é um movimento e os quilombos existem na contemporaneidade seguindo as transformações sociais, e assim a escolas devem percebê-los, como ressalta Carlos Rodrigues Brandão (2009), alguns valores como a solidariedade, a afetividade e a cumplicidade são marcantes na vida dos povos que vivem no campo, e esses são marcas que significativamente devem ser partilhados e espriados para toda a sociedade.

Foi possível compreender a importância da escola no cenário de construção do conhecimento, e, como principal meio de acessá-lo, para alguns moradores, precisa estar próxima e se alimentar das culturas produzidas pelas comunidades, das formas de pensar, e das práticas cotidianas, pois, embora contemporâneas, ainda resiste a tradição no seio destas comunidades, crendo nas possíveis maneiras de sobrevivência em conexão e respeito ao passado, á ancestralidade, baseando-se nestes valores para a pensarem o desenvolvimento e uma vida digna.

Muitas das pessoas entrevistadas garantem que só tem conhecimento quem frequenta a escola, assim, entendemos que cabe a escola promover a desconstrução dessa ideia conceitual de conhecimento, e dialogar acerca dos saberes e do conhecimento produzido

institucionalmente, e como estes devem estar interligados para a proposição dos novos aprendizados.

Sobre os grupos focais, estes resultados apontaram a necessidade de um trabalho pedagógico que possibilite uma melhor compreensão sobre a História da África, a Cultura Afrobrasileira, assim como a Cultura Quilombola, especificamente, pois são trabalhadas pontualmente no decorrer do ano letivo, geralmente em datas comemorativas.

Ainda foi possível saber sobre as práticas racistas sofridas por alguns, em certos espaços, até mesmo no ambiente escolar, muitas vezes sem nenhuma iniciativa de combatê-las, ou quase sempre uma conversa com a direção ou coordenação usando resolver momentaneamente o conflito, porém não se pode perder de vistas que a escola em questão está em efetivo funcionamento presencial há apenas um ano, então os registros são relativamente pontuais.

Os alunos e as alunas participantes dizem, em consenso, que por meio da escolarização, poderão “ser alguém, poderão ter emprego e sucesso na vida”, compreendem a importância dos estudos, embora pontuem que “a escola precisa melhorar” pra se tornar atrativa. O que entendem sobre melhorar, é realização de atividades extraclasse como capoeira, dança, pintura, teatro e informática, segundo estes sujeitos participantes.

Por todo o processo analisado, entende-se que urge a ressignificação das práticas de ensino, para a construção de uma educação antirracista e identitária, que valorize os saberes que foram historicamente condicionados às margens, e as diversas formas de apropriação do conhecimento por cada sujeito, portanto a participação dos povos quilombolas, destacados aqui, se faz necessária neste processo de ressignificação.

Entende-se, contudo, que a comunidade é movida pelas atividades impulsionadas pelo trabalho, influenciando a vida de todas as pessoas, até mesmo a vida dos mais idosos, que compõem grande parte da população desta comunidade, assim como, das crianças, que contribuem de várias formas com os trabalhos domésticos, e na agricultura também. As famílias e os laços afetivos são grandes elos entre estes que apresentam parentesco na grande maioria, porém o território é realmente elementar para a compreensão dos modos de vida destas pessoas, pois este é o ponto comum mais considerável para a história de pertencimento e identidade dos quilombolas.

Neste trabalho que teve como principal objetivo analisar a Educação como elemento de influência na manutenção da memória e resistência da Comunidade Quilombola de Água Doce, encontramos imensurável riqueza nos saberes e fazeres quilombolas, que pode vir a ser o substrato de uma educação que realmente atenda e respeite as diferenças, preconizando a legislação e as necessidades das pessoas de direitos, neste caso os alunos e as alunas atendido pela educação básica, na escola pública municipal.

Concluindo, sabemos que certamente estes estudos não encerram por aqui e que sirvam de base para outras investigações sobre a temática, possibilitando diálogos entre a ciência e os saberes historicamente constituídos, num processo onde todas as pessoas envolvidas possam ensinar e aprender, colaborando assim, para um mundo mais justo onde a equidade e a igualdade sejam efetivamente exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABA. Associação Brasileira de Antropologia, 1994. Link: [Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais. | Acervo | ISA \(socioambiental.org\)](http://www.socioambiental.org).
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, p. 264, 2019.
- ALTO, Rosana Lacerda Monte. **Saberes e Fazeres Quilombolas: Diálogo com a Educação do Campo**, 2012.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os negros brasileiros. In: Kabengele Munanga (Org.). **Superando o Racismo**. Brasília. Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmitificada. *Revista Humanidades*. Brasília v. 22, n. 6, p. 12-32, 1989.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e Cultura: Território dos Remanescentes de Quilombos no Brasil**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.
- ARRUTI, José Maurício. Conceitos, Normas e Números: Uma Introdução à Educação Escolar Quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, Vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017. P. 107 A 142.
- ARRUTI, José Maurício. **Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Cangume município de Itaóca – SP**. ITESP, São Paulo: 2003.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 2004.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que existe entre nós, In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Marques, Marta Inez Medeiros. (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.
- BRASIL, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.
- BRASIL, Lei 9.394. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990. D.O.U.16/07/1990.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, 10 de março de 2004.
- BRASIL, MINISTÉRIO A EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer CNE/CEB nº 16/2012, 05 de junho de 2012.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão, 2010.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37, jan./abr. 2008.

- CAPRARA, Bernardo. Nilma Lino Gomes e o Movimento Negro Educador. YouTube, 10 de maio de 2021.
- CARNEIRO, Édson. **O quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1988.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: BRASIL. Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade**, 2005. P. 11-20.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil**. 6. Ed. São Paulo: Contexto 2012.
- CONCEIÇÃO, Silvano da. **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia**. São Carlos: UFSCar, 2016. p. 229.
- CONCEIÇÃO, Silvano da.; SANTOS, S. J. A implementação da Lei 10.639/2003 numa escola municipal do interior da Bahia. **Revista Educação em Debate**, v. 42, p. 09-25, 2020.
- ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. 4ª edição. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Décio. **Palmares: A Guerra dos Escravos**. 4ª Ed. Editora Graal. Rio de Janeiro. 1982.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e da disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc**, Campinas, v. 35, nº 129, p. 1085 – 1114, out – dez, 2014.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, Entrevista com Kabengele Munanga. Nosso racismo é um crime perfeito, 2010. Link: <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>
- GATTI, Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro. Editora, 2005.
- GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e Anti-Racismo na Educação: Repensando a nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: Diversidade e currículo; organização do documento: Janete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 48, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria A.; SILVÉRIO, Valter

- Roberto. (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, pp. 98-109, Jan/Ab 2012.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**, n. 15, Set/Out/Nov/Dez, p. 134-18, 2000.
- GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.
- HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Tradução Andréia Borghi Moreira Jacinto e Simone Miziana Fragella. São Paulo: Uniam/IFCH, 1995.
- _____. Da Diáspora. Identidades e mediações Culturais. Belo Horizonte/ Brasília: Ed. UFMG/ UNESCO, 2003.
- LEITE, Ilka Boaventura, Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.
- LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. São Cristóvão: Tese de Doutorado, NPGeo, UFS, 2007.
- LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E. D. A. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
- MORAES, A. C. R. **Território e História do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo: LECH, 1981.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos, resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. 1º ed., São Paulo, EDUSP, 2004. 173 p. 94
- MUNANGA. Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. São Paulo, Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. **Para Entender o Negro no Brasil**: histórias, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2004.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Eu sou Atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial: São Paulo, 2006, p. 117.
- NOB/SUAS, Norma Operacional Básica de Saúde: Construindo as Bases para a Implantação do Sistema Único de Assistência Social. DF, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. FFLCH/USP, 1998.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. FFLCH/ Labur Edições. 1ª Edição. São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, Jr. Adolfo Neves. Reflexão Antropológica e Prática Pericial. In: CARVALHO, José Jorge de (Org.). **O Quilombo Rio das Rãs**: histórias, tradições e lutas. Salvador, EDUFBA, 1995, p. 224-225.
- OLIVEN, Arabela C. Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras: uma Questão Política, um Desafio Pedagógico. In: FRANCO, M.E.D.P. e KRAHE E. D. (orgs.) **Pedagogia**

Universitária e Áreas de Conhecimento. Porto Alegre: Série RIES/PRONEX EdiPucrs, vol.1, 2007. p.151-160 (ISBN 978-85-7430-701-5)

PERUTTI, Daniela Carolina. Os quilombolas e o placar das titulações. **Fórum** (São Paulo. 2001), v. 80, p. 80, 2009.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, Gênero e Símbolos de poder femininos em Povoados Amazônicos de Antigos Quilombolas. 1999. 220 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC, São Paulo, 1999.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, Demerval. **As teorias da educação e o problema da marginalidade.** 35ª edição Revista-Campinas, SP: In: Escola e Democracia, coleção educação contemporânea, 2008.

SELLTIZ, Claire et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, Daniel Neves. “Escravidão na África”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/historiab/escravidao-na-Africa.htm>. Acesso em 29 de maio de 2022.

SILVA, Maria do Socorro. Educação Básica do Campo. Organização pedagógica das escolas do meio rural. In: _____ (org.). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo:** pesquisas e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Diáspora africana: caminhando entre genealogias, abrindo novos horizontes.** Contemporânea, v. 10, n. 3, p. 877-902. Set-Dez, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O programa Brasil – África na construção da ideia de diáspora africana. **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais.** Vol. 1 – n. 1 – 2018.

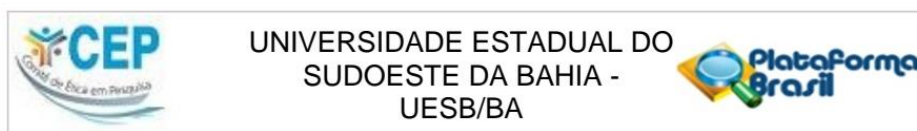
SODRÉ, Muniz. Cultura, diversidade cultural e educação. In: Trindade, A. (Org.). **Multiculturalismo.** Mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes.** Camponeses em luta pela terra no Sudoeste da Bahia. (Tese). Doutorado em geografia. Departamento de Geografia. NPGEO/ Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta pela Terra e Reprodução Camponesa no Sudoeste da Bahia.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p.1 – 27.

THORNTON. John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** Tradução Marisa Rocha Motta; Coordenação editorial Mary del Priore; Revisão técnica, Márcio Scarlecio. Rio de Janeiro, Editora Campus / Elsevier, 2004.

ANEXOS



Continuação do Parecer: 5.480.989

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1904200.pdf	30/05/2022 12:56:41		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.PDF	30/05/2022 12:55:27	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.docx	24/05/2022 14:20:54	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_CEP_12_a_17_anos.docx	24/05/2022 14:20:21	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_CEP_06_a_11_anos.docx	24/05/2022 14:19:55	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_brochuras.docx	24/05/2022 14:18:29	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
Declaração de concordância	Termo_uso_de_imagens.pdf	10/05/2022 13:48:16	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
Outros	Questionario_adeides.docx	10/05/2022 13:45:45	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_luzy.docx	10/05/2022 13:42:59	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Silvano_Poliana.pdf	10/05/2022 13:17:49	Poliana Reijane Souza Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 21 de Junho de 2022

Assinado por:

Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepiq@uesb.edu.br

22/02/2022 17:56

SEI/GOVBA - 00043098405 - Ofício



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO - UESB/RTR/PPG/PPGEN

Ofício nº 17/2022 - UESB/RTR/PPG/PPGEN

Vitória da Conquista/BA, 22 de fevereiro de 2022.

Ao Sr. Secretário Municipal de Educação de Anagé

Encaminhamos a V.Sa. a estudante Poliana Reijane Souza Silva, matrícula 2021M0258, regularmente matriculada neste Programa de Pós-graduação e que encontra-se em fase de realização da pesquisa intitulada “ **Educação, Memória e Resistência na Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos, Anagé-Ba**”, orientada pelo prof. Dr. Silvano da Conceição.

Na oportunidade, solicitamos autorização a V.Sa. para que a discente realize sua pesquisa junto à Escola Municipal Adeides Soares. A produção dos dados será realizada por meio de aplicação de questionários, realização de entrevistas e observações do cotidiano escolar.

Informamos que o caráter ético da pesquisa assegura a preservação da identidade dos participantes. A pesquisadora compromete-se em possibilitar aos participantes o retorno dos dados após o processo de análise. Todos os entrevistados assinarão o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e os resultados serão publicados no formato de artigos em periódicos e capítulos de livro.

Agradecemos a colaboração de V.Sa. com o processo formativo da discente, ao tempo em que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Nossos contatos são: (77) 3424 8792 e ppgen@uesb.edu.br.

Atenciosamente,

Prof. Benedito G. Eugenio



Documento assinado eletronicamente por **Benedito Gonçalves Eugênio, Coordenador(a) do Programa**, em 22/02/2022, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00043098405** e o código CRC **B80C96FA**.

Referência: Processo nº 072.7464.2020.0015533-50

SEI nº 00043098405

ERINALDO DE SOUSA SANTOS
Secretário de Educação, Cultura,
Esporte, Turismo e Lazer
Decreto nº 06/2021

Erinaldo de Sousa Santos



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE
MESTRADO EM ENSINO – PPGEN**



**Pesquisadora: Poliana Reijane Souza Silva
Mestranda PPGEN – UESB**

Questionário: Professoras da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos, sistema municipal de ensino, Anagé-Ba.

1- Idade:

2- Sexo:

3- Escolaridade / Graduação?

4- Quanto tempo trabalha na escola?

5- Quantos anos de experiência em sala de aula?

6- Quantos anos de experiência em classes multisseriadas você possui?

7- Quantas horas semanais você trabalha?

8- Você é concursada (o) ou contratada?

9- Em sua opinião quais os principais problemas enfrentados por professores e alunos de uma Escola do/no Campo?

10- Como você realiza o planejamento de ensino da classe da Escola do/no Campo?

11- Qual a metodologia de ensino que você mais utiliza com os seus discentes?

12- Como você enfrenta as dificuldades cotidianas na classe da Escola do/no Campo?

13- Fale sobre sua gestão de sala de aula:

Domínio e abordagem de conteúdo:

Distribuição do tempo para atividades e conteúdos de cada série/ano:

Motivação e efetivação do planejamento:

Relação professor-aluno:

14- Existe um acompanhamento sobre os diferentes desempenhos do rendimento escolar dos alunos diferenciados por série/ano? Se sim, qual/quais?

15- O que você entende por EEQ – Educação Escolar Quilombola?

*“Ensinar não é transferir conhecimento e sim criar as possibilidades de apreensão.
Paulo Freire*

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSB em 14/02/2020)

Eu, *Luzinere Oliveira Santos*, ocupante do cargo de *Gestora Escolar* do(a) *Núcleo Regional Olho D'água do Vital*, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado *Educação, Memória e Resistência na Comunidade Quilombola de Lagoa Torta dos Pretos*, dos pesquisadores *Poliana Reijane Souza Silva*, após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UFSB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea "h" do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

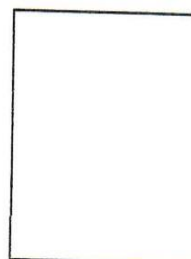
Anagé, 14 de fevereiro de 2022

Luzinere Oliveira Santos

Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:

Luzinere Oliveira Santos
Diretora Itinerante
Núcleo Regional Olho D'água do Vital
Portaria Nº 014/2021



Impressão Digital
(Se for o caso)



ESCOLA MUNICIPAL ADEÍDES SOARES DOS SANTOS

CNPJ: 12798501/0001-44

INEP: 29266505

Questões para os pais, mães e responsáveis quilombolas:

1. Você se reconhece como quilombola?
2. Você conhece a proposta da Educação Escolar Quilombola?
3. Gostaria que a Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos trabalhasse com mais ênfase a proposta pedagógica para a Educação Escolar Quilombola?
4. Enquanto responsável por aluno/a quilombola, entende que as práticas pedagógicas de valorização às identidades e diferenças, resgatam a autoestima e melhoram a convivência social no âmbito escolar?

Obs: Elaborado pela equipe da Escola Municipal Adeídes Soares dos Santos / 2022.



ESCOLA MUNICIPAL ADEÍDES SOARES DOS SANTOS

CNPJ: 12798501/0001-44

INEP: 29266505

ORGANIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL

DURAÇÃO: 30 a 45 minutos

Levantamento do perfil do (a) aluno (a):

Nome completo:

Nomes dos pais ou responsáveis:

Idade:

Cor:

Comunidade one mora:

Participa de eventos e reuniões da comunidade?

Já participou de algum encontro Quilombola? O que achou?

Estuda em que série?

Já cursou a mesma série mais de uma vez?

Tem irmãos que estudam na E. M. Adeídes Soares dos Santos? Quantos?

O que é preciso melhorar em sua escola?